



Universidade de Brasília—UnB
Centro de Desenvolvimento Sustentável-CDS
MESPT

RAIMUNDO MAGNO CARDOSO NASCIMENTO

COMUNIDADES QUILOMBOLAS ÁFRICA E LARANJITUBA
UM ESTUDO DAS PRÁTICAS E FENÔMENOS QUE CONSTITUEM
SUA GESTÃO TERRITORIAL TRADICIONAL

Orientadora: Prof^ª. Dra. Stéphanie Nasuti

Brasília
2017

**COMUNIDADES QUILOMBOLAS ÁFRICA E LARANJITUBA
UM ESTUDO DAS PRÁTICAS E FENÔMENOS QUE CONSTITUEM
SUA GESTÃO TERRITORIAL TRADICIONAL**

RAIMUNDO MAGNO CARDOSO NASCIMENTO

Dissertação apresentada ao Programa de mestrado em Sustentabilidade junto a povo e territórios tradicionais da UnB, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sustentabilidade, junto à área de concentração:

Orientadora: Dra. Stéphanie Nasuti

Brasília

2017

**COMUNIDADES QUILOMBOLAS ÁFRICA E LARANJITUBA
UM ESTUDO DAS PRÁTICAS E FENÔMENOS QUE CONSTITUEM
SUA GESTÃO TERRITORIAL TRADICIONAL**

RAIMUNDO MAGNO CARDOSO NASCIMENTO

Dissertação apresentada ao Programa de mestrado em Sustentabilidade junto a povo e territórios tradicionais da UnB, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sustentabilidade, junto à área de concentração:

Orientadora: Dra. Stéphanie Nasuti

Aprovado em _____.

Membros da Banca:

Profª. Drª. Mônica

Prof. Drª. Zélia Amador de Deus

Brasília

2017

Dedicatória

A memória de todos que lutaram em prol dos negros e negras no Brasil e no mundo.

De forma especial aos meus pais que não puderam estudar quando jovem e apesar disso deram tudo de si, deixar de ter para que eu pudesse realizar um sonho sonhado por toda comunidade.

“Nascido, criado e de umbigo enterrado”.

Epígrafe

Raimundo Magno Cardoso Nascimento

Aos Orixás, Voduns e inquisses e demais seres supremos, pela vida e possibilidade de empreender caminhos evolutivos, oportunizando tantas chances na vida e por colocar em meu caminho pessoas amigas e preciosas minha esposa Claudia Suely, e filhos Lucas Nascimento, Ana Luiza e Luiz Magno. Aos meus irmãos e parentes que, mesmo estando a alguns quilômetros de distância, se mantiveram incansáveis em suas manifestações de apoio e carinho. A MINHA MÃE Catarina e MEU PAI Olgarino por todo apoio, carinho e confiança. A minha avó Pascoa de Moraes, que me ensinou por meio da oralidade a importância da educação e do umbigo enterrado em nosso território para a construção da identidade (memoriam). AOS AMIGOS de Mestrado que compartilharam comigo esses momentos de aprendizado, especialmente ao Amilton, Dinamam e Valmir. Rimos, choramos e nos ajudamos mutuamente. ÀS AMIGAS de graduação Cintia Silva, Edineia Nascimento, Alethéia Ingrid e Naradyr Pinheiro, que mesmo seguindo caminhos diversos, sempre se fizeram presentes com lembranças, palavras de encorajamento e amor. A MINHA ORIENTADORA, Stéphanie Nasuti um agradecimento carinhoso por todos os momentos de paciência, compreensão e competência. A TODOS OS PARTICIPANTES desse estudo pela disposição em ajudar no que deles dependesse para a conclusão da pesquisa. AS COMUNIDADES ÁFRICA E LARANJITUBA pela fiel contribuição, especialmente aos Griôts, que abriram seus corações e revelando segredos seculares para a concretização desse trabalho. AO AMIGO Iran Lima pelo apoio logístico nas tantas idas e vindas a Brasília. AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UnB, em nome da Prof^a. Dr^a. Mônica Nogueira, além de coordenar esse programa, também conseguiu ser amiga, mãe e conselheira nos momentos mais difíceis, partilhando momentos bons e complexos, sem esmorecimento e a todos os professores que fizeram parte dessa caminhada. Enfim, a todos aqueles que de uma maneira ou de outra contribuíram para que este percurso pudesse ser concluído.

O presente trabalho tem como lócus de pesquisa as comunidades quilombolas África e Laranjituba, situadas nos municípios de Moju e Abaetetuba no Estado do Pará, e tem como tema: Um estudo das práticas e fenômenos que constituem sua gestão territorial tradicional. A problemática aborda as formas de gestão territorial mais utilizadas mundo a fora, geralmente com formatação padronizada independente das características do território a ser gerido, quase sempre negando o legado reunido ao longo dos tempos pelas comunidades tradicionais. Os objetivos desse estudo é caracterizar as formas tradicionais de gestão e refletir sobre sua evolução, procurando compreender sua eficiência e eficácia local ao longo dos tempos, assim como sua importância social e científica. A pesquisa se justifica pela necessidade de estudos sobre as práticas e fenômenos que constituem a gestão territorial dessas comunidades organização do trabalho.

Sua elaboração se deu por meio de entrevistas, grupos focais, mapeamento participativo, além de referências bibliográficas e outras fontes de informação. A pesquisa contempla a história das comunidades no que se referem aos aspectos mais antigos e atuais, questões administrativas, demografia, formas de acesso às comunidades, além de habitação, abastecimento d'água, educação e saúde. Aborda ainda as formas de organização do território, a economia local e as diversas práticas que constituem a gestão local. O trabalho faz também uma descrição dos elementos que embasam as práticas de gestão, a transmissão dos conhecimentos por meio de relatos orais, o contexto religioso, sagrado e divino, O trato com a água como exemplo da relação entre religioso e práticas territoriais, a relação da gestão com os fenômenos naturais.

Por fim, se faz uma reflexões conclusivas sobre a Gestão Territorial em África e Laranjituba, à luz da tradição e de sustentabilidade , assim como se apresentam as perspectivas da comunidade acerca da sua forma própria de gestão, no ponto de vista da sustentabilidade, com base em referências bibliográficas sendo fechado com a apresentação de algumas lições aprendidas.

Palavras-chave: Quilombo, Gestão, Território, Tradição, Sustentabilidade, Amazônia.

The present work has as a locus of research the communities quilombolas Africa and Laranjituba, located in the municipalities of Moju and Abaetetuba in the State of Pará, and has as its theme: A study of the practices and phenomena that constitute its traditional territorial management. The problem addresses the most commonly used forms of territorial management, usually with standardized formatting independent of the characteristics of the territory to be managed, almost always denying the legacy gathered over time by traditional communities. The objectives of this study are to characterize the traditional forms of management and to reflect on their evolution, trying to understand their local efficiency and effectiveness over time, as well as their social and scientific importance. The research is justified by the need for studies on the practices and phenomena that constitute the territorial management of these communities work organization.

Its elaboration took place through interviews, focus groups, participative mapping, bibliographical references and other sources of information. The research contemplates the history of the communities regarding the oldest and current aspects, administrative issues, demography, ways of accessing communities, as well as housing, water supply, education and health. It also deals with the forms of organization of the territory, the local economy and the various practices that constitute local management. The work also describes the elements that underlie management practices, the transmission of knowledge through oral reports, the religious, sacred and divine context. The treatment with water as an example of the relationship between religious and territorial practices, the relationship Management with natural phenomena.

Finally, there is a conclusive reflection on Territorial Management in Africa and Laranjituba, in the light of tradition and sustainability, as well as presenting the perspectives of the community about its own form of management, from the point of view of sustainability, based on In bibliographical references being closed with the presentation of some lessons learned.

Keywords:

Quilombo, Management, Territory, Tradition, Sustainability, Amazon.

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1 - Esboço Inicial do Mapa</i>	18
<i>Figura 2 - Mapa com traçado na transversal</i>	19
<i>Figura 3 - Foto da elaboração do Mapa</i>	21
<i>Figura 4 - Territórios quilombolas de África e Laranjituba, Samaúma e Moju-Miri</i>	27
<i>Figura 5 - Acessos a comunidades África e Laranjituba</i>	30
<i>Figura 6 - Acesso ao território via fluvial</i>	30
<i>Figura 7 - Transporte Coletivo</i>	31
<i>Figura 8 - Equipamentos usados como meio de transporte interno</i>	32
<i>Figura 9 - Casas de moradores de Laranjituba</i>	32
<i>Figura 10 - Sistemas de abastecimento d'água África e Laranjituba</i>	33
<i>Figura 11 - Área comunitária de África</i>	35
<i>Figura 12 - Área comunitária de Laranjituba</i>	36
<i>Figura 13 - Escolas da comunidade</i>	37
<i>Figura 14 - Transporte de pacientes de forma tradicional</i>	40
<i>Figura 15 - Produção de açaí</i>	42
<i>Figura 16 - Produção de Farinha no território</i>	42
<i>Figura 17 - Maniçoba</i>	43
<i>Figura 18 - Manga, Castanha e Cupuaçu, produtos do Extrativismo.</i>	44
<i>Figura 19 - Manejo de Açaizais</i>	45
<i>Figura 20 - Produtos da economia Quilombola de África e Laranjituba</i>	46
<i>Figura 21 - Turismo Comunitário</i>	47
<i>Figura 22 - Atividades Artesanais Filhos do Quilombo</i>	49
<i>Figura 23 - Divisão comunitária do território África e Laranjituba, castanhanduba</i>	50
<i>Figura 24 - Organização comunitária e usos do solo no território África e Laranjituba</i>	52
<i>Figura 25 - Açaí produzido no Território</i>	54
<i>Figura 26 - Família produzindo farinha de mandioca em Laranjituba</i>	55
<i>Figura 27 - Produção de Artesanato no território</i>	55
<i>Figura 28 - Oficina de resgate da Cerâmica Refratária</i>	58
<i>Figura 29 - Produção de panelas fruto da organização das técnicas</i>	59
<i>Figura 30 - Coleta de barro em Laranjituba</i>	60
<i>Figura 31 - Mistura do Chamote com o barro</i>	61
<i>Figura 32 - Espaço de extração de areia</i>	62
<i>Figura 33 - Queima de panelas em fogueira</i>	63
<i>Figura 34 - Forno Boca Aberta</i>	63
<i>Figura 35 - Forno de Cúpula</i>	64
<i>Figura 36 - Bicho da Sucuba</i>	73

<i>Figura 37 - Borboleta Coruja</i> _____	74
<i>Figura 38 - Água fonte de energia</i> _____	78
<i>Figura 39 - Massará</i> _____	79
<i>Figura 40 - Armadilhas usadas no período de verão</i> _____	81

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1 - Demografia, a partir de relatos orais.</i> _____	29
<i>Tabela 2 - Abastecimento de água em África e Laranjituba</i> _____	33
<i>Tabela 3 - Escolaridade dos moradores</i> _____	38

AGRADECIMENTOS	6
RESUMO	7
ABSTRACT	8
LISTA DE FIGURAS	9
LISTA DE TABELAS	10
SUMÁRIO	11
INTRODUÇÃO	13
PROBLEMÁTICA	13
OBJETIVOS	14
JUSTIFICATIVA	14
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	15
CAPÍTULO 1 – METODOLOGIA	13
ENTREVISTAS	13
GRUPOS FOCAIS	14
MAPEAMENTO PARTICIPATIVO	16
CAPÍTULO 2 - TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE ÁFRICA E LARANJITUBA	23
HISTÓRIA DA COMUNIDADE	23
CONTEXTO COMUNITÁRIO ATUAL	25
ASPECTOS ADMINISTRATIVOS	25
ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	28
FORMAS DE ACESSO À COMUNIDADE	29
HABITAÇÃO	32
ABASTECIMENTO D'ÁGUA	33
EDUCAÇÃO	37
SAÚDE	39

CAPÍTULO 3 - ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO, ECONOMIA LOCAL E PRÁTICAS DE GESTÃO

<u>ASSOCIADAS</u>	<u>41</u>
ECONOMIA LOCAL	41
AGROEXTRATIVISMO	41
ARTESANATO	45
TURISMO COMUNITÁRIO	46
PROJETOS SOCIAIS	47
ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E USO COMUM DOS RECURSOS	50
PERTENCIMENTO	56
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS FORMAS DE GESTÃO TERRITORIAL	57
RECUPERAÇÃO DAS PRÁTICAS PRODUTIVAS TRADICIONAIS: O CASO DA CERÂMICA	57
EXPERIÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DAS PRÁTICAS DE GESTÃO, EM BUSCA DE MAIOR SUSTENTABILIDADE	60
<u>CAPÍTULO 4 - DESCRIÇÃO DOS ELEMENTOS QUE EMBASAM AS PRÁTICAS DE GESTÃO</u>	<u>68</u>
TRANSMISSÃO DOS CONHECIMENTOS POR MEIO DE RELATOS ORAIS	70
CONTEXTO RELIGIOSO	76
SAGRADO E DIVINO	76
O TRATO COM A ÁGUA COMO EXEMPLO DA RELAÇÃO ENTRE RELIGIOSO E PRÁTICAS TERRITORIAIS	76
RELAÇÃO COM OS FENÔMENOS NATURAIS	79
O INVERNO	79
O VERÃO	80
FASES DA LUA	81
A MORTE	82
<u>REFLEXÕES CONCLUSIVAS SOBRE A GESTÃO TERRITORIAL EM ÁFRICA E LARANJITUBA, À LUZ DA TRADIÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE</u>	<u>84</u>
PERSPECTIVAS DA COMUNIDADE ACERCA DA SUA FORMA PRÓPRIA GESTÃO NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE.	86
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	<u>90</u>
<u>ANEXO 1 - LIÇÕES APRENDIDAS</u>	<u>91</u>

Problemática

Os processos que envolvem a gestão territorial mundo a fora, têm seguido comumente uma linha similar de ação independente das características do território. Os formatos mais presentes quase sempre negam a herança ancestral, assim como seu legado histórico de gestão local e suas especificidades. Em face da prevalência das formas de gestão territoriais mais usuais, em detrimento da inobservância das riquezas ecológicas presentes nas boas práticas das comunidades tradicionais, evidencia-se a necessidade da realização de estudos das formas de gestão permeadas por conhecimentos específicos dessas comunidades, uma vez que essas diferentes formas de gestar seus territórios “carregam” de certa forma, elementos, práticas e fazeres que se constituem em verdadeiras fronteiras de sustentabilidade.

Assim sendo, a busca pela valorização científica das formas de gestão desenvolvidas por comunidades tradicionais, precisa ser “encampada” como importante frente de conhecimento a ser empreendida. Primeiro pelo conjunto de conhecimentos reunidos ao longo do tempo, mas principalmente pela inegável necessidade de investimentos em pesquisas e publicações, que respeitem aos anseios territoriais e suas lutas. Igualmente a adoção de medidas apropriadas, que possibilitem a minimização de impactos com vistas na manutenção do legado sociocultural comunitário e territorial, a diversidade e a defesa dos direitos dessas comunidades.

Assim essa pesquisa visa evidenciar a importância das Práticas e Fenômenos que Constituem a Gestão Territorial Tradicional das Comunidades Quilombolas África e Laranjituba, organizada por ações que tradicionalmente apresentaram bons resultados. O empenho também será canalizado na compreensão de elementos conceituais capazes de qualificar, valorizar e criticar cientificamente a práticas dessas comunidades.

Objetivos

Assim, nesse trabalho, buscaremos caracterizar as formas tradicionais da Gestão Territorial das comunidades África e Laranjituba e refletir sobre sua evolução, procurando compreender a eficiência e eficácia local ao longo dos tempos, compreendendo e demonstrando sua importância social e científica.

De forma específica, almejamos

- Qualificar a gestão territorial tradicional das comunidades África e Laranjituba, possibilitando a definição ou conceito de gestão territorial usado pela comunidade a partir de seu olhar;
- Assinalar os elementos que compõem essa forma de gestão territorial;
- Compreender o olhar comunitário de uso comum do território;
- Elucidar a importância das tradições, experiências, crenças, costumes e do imaginário popular para o sucesso das formas de manejo, planejamento e reciprocidade com foco na sustentabilidade;
- Qualificar e discutir o caráter tradicional dessa forma de fazer gestão territorial, analisando de que forma ela contribui para a sustentabilidade da comunidade;

Os conceitos e definições aqui discutidos serão importantes elementos de construção de uma posição ou contraposição á cerca do presente tema. Poderão reforçar quando for o caso, o entendimento das comunidades ou se opor a determinadas definições literárias, quando o entendimento suscitar prejuízo ao entendimento e experiência reunida pela comunidade ao longo de sua história.

Justificativa

A presente pesquisa em nível de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Sustentabilidade Junto a Povo e Territórios Tradicionais da Universidade de Brasília, pretende por meio de análise do referencial teórico, da vivencia e observação *in lócus*, estudar ás Práticas e Fenômenos que constituem a Gestão Territorial Tradicional das comunidades Quilombolas África e Laranjituba, localizadas comunidades em Moju no Pará.

Ao longo do estudo serão abordados dentre as diversas questões, o uso comum do território e suas normas e regras (formas de organização social), as práticas de gestão tradicional, o uso tradicional dos recursos baseado na inter-relação entre os diversos elementos, o zoneamento tradicional do território, o enfoque etnoeducacional, a influência das questões religiosas na gestão, o enfoque cultural e gastronômico, a oralidade (lendas, contos, mitos), os aspectos da transmissão do conhecimento ancestral como forma de educação ambiental, os fenômenos naturais e a eficácia eficiência ou não das práticas que constituem a gestão territorial local.

Por meio desses elementos pretende-se realizar um diálogo crítico a cerca das questões socioambientais, no que se refere à forma de gestão das comunidades, levando em contas o nível de conscientização dos atore locais em suas formas de intervenção, assim como das alterações do meio ambiente (fogo e agricultura, manejo florestal), e seu olhar a cerca da sustentabilidade das práticas.

Organização do Trabalho

Esta pesquisa está estruturada da seguinte forma: o capítulo I apresenta a parte introdutória, constituída pela problemática, os objetivos e da metodologia usada para a consecução da pesquisa.

No capítulo II, apresenta-se a África e Laranjituba e sua trajetória histórica, seguido do contexto comunitário atual. O capítulo conta ainda com aspectos que envolvem demografia, geografia, saúde, educação, economia, abastecimento d'água, habitação e projetos sociais.

Já o capítulo III apresenta-se a descrição dos elementos que embasam as práticas de gestão territorial das comunidades. Logo, nesse capítulo constam a organização do território coletivo, as formas de uso comum e individual/familiar, as tradições. Elementos que serão demonstrados com base nos elementos apresentados pela comunidade e indicados no mapa resultante da cartografia participativa. Esse capítulo se constituirá ainda de informações a cerca da transmissão dos conhecimentos/oralidade; do contexto religioso, sagrado, divino, cultural, pertencimento; assim como das relações com os ciclos naturais.

O capítulo IV será constituído por reflexões conclusivas sobre a Gestão Territorial em África e Laranjituba, à luz da tradição e da sustentabilidade. Assim sendo, fará discussões sobre o carácter tradicional da gestão territorial. Elencando as experiências, o processo de construção histórica das formas de gestão territorial da comunidade, assim como as mudanças como fruto de aprendizado. Tratará ainda do carácter “tradicional” entendido no sentido de “valores” próprios à comunidade e não como carácter “arcaico, estático”.

Por fim o capítulo fará discussão sobre o ponto de vista da comunidade a cerca da sua forma própria de gestão na perspectiva da Sustentabilidade, buscando um conceito ou definição de sustentabilidade para a comunidade, e também buscando responder se as práticas de gestão adotadas são, de fato, promotoras de sustentabilidade. Como as práticas de gestão contribuem para a sustentabilidade local segundo a comunidade?

As informações que constituem esse trabalho resultam da interação entre os diversos fatores que envolvem os processos que compõem a gestão territorial em África e Laranjiruba. Todas as informações utilizadas foram obtidas por meio da seguinte metodologia:

Entrevistas

As entrevistas foram realizadas com membros das comunidades África e Laranjituba, entre os meses de maio de 2016 e janeiro de 2017, buscando obter importantes informações a cerca das principais formas de uso do território que compõe sua gestão territorial tradicional, as formas de aproveitamento dos bens naturais, a socialização dos espaços, a organização social e as atividades correlatas à gestão territorial e suas especificidades.

A seleção dos entrevistados se deu por indicação das próprias comunidades que por perceberem a importância da presente pesquisa, empenharam-se para ajudar em sua concretização. As indicações buscaram contemplar a atuação de cada um dos entrevistados no que tange aos principais componentes da gestão territorial local, ou seja, foram entrevistadas pessoas que dentre as tantas atividades desenvolvidas, desempenham uma dessas em destaque. Portanto, as principais indicações da comunidade foram: extrativistas, produtores de farinha de mandioca, pescadores artesanais, ceramistas, religiosos, caçadores, griot's, parteiras, pajés, membro de grupos culturais, além de jovens, sempre com o intuito de obter um olhar mais completo a cerca do território e sua utilização.

Essas entrevistas serviram de subsídio para a concretização da presente pesquisa, fornecendo informações a cerca da dinâmica do lugar, assim como fundamental instrumento de aproximação com os membros da comunidade, pois segundo Medina:

A entrevista, nas suas diferentes aplicações, é uma técnica de interação social, de interpretação informativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais, sociais; pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação. Em todos estes ou outros usos das Ciências Humanas, constitui sempre um meio cujo fim é o inter-relacionamento humano (Medina, 2002, p. 8).

Com vistas em uma maior e melhor liberdade frente aos entrevistados, especialmente idosos não habituados em falar de suas vivências, principalmente para pesquisadores, adotou-se o método de entrevista dirigida, ou *focused interview*. Os resultados obtidos possibilitaram analisar as experiências dos entrevistados de forma mais completa, assim como permitiu a cada um deles falar de suas práticas e vivências da forma que se sentiu mais a vontade, pois nesse método nenhum guia com perguntas preestabelecidas foi usado, e sim apenas uma lista de tópicos abordando necessariamente assuntos relativos ao tema estudado ao longo das entrevistas, tendo-se o cuidado de estabelecer boa condução do diálogo com cada um até a conclusão.

Vale registrar que em razão do pesquisar ter raízes no lócus de pesquisa e viver no local, a pesquisa seguiu diferentes sequências ao longo do período de campo. Boa parte dos entrevistados tem idade avançada o que requereu interrupções das entrevistas, idas e vindas, conversas com o maior nível de informalidade possível, além de troca de informações por meio de simples visita para um rápido café. Ressalta-se ainda a participação de entrevistados como o senhor Manoel da Conceição Moraes, griot de 87 anos, cujo senhor foi entrevistado por mais de 20 vezes, tendo o cuidado de não incomodá-lo para não perder o interesse pela contribuição a esse pesquisador.

Grupos focais

Os grupos focais foram formados por oito membros das comunidades pesquisadas, totalizando vinte e quatro integrantes. Essas vinte e quatro pessoas foram organizadas em três grupos para a consecução dos trabalhos. A composição de cada grupo buscou garantir a participação de pessoas, cujo perfil indicasse contribuição mais decisiva á obtenção de respostas, por meio de questionamentos que procuraram responder as inquietações referentes ao tema da pesquisa. Nesse caso mais uma vez o empenho das comunidades foi decisivo para o bom andamento do diálogo com todas as pessoas, assim como para que tudo ocorresse com solidez, atendendo as reais necessidades desse estudo.

Os grupos contaram com pessoas de todas as idades e sexo, que foram de fundamental importância para o prosseguimento dos estudos, uma vez que o grupo ofereceu um grande numero de dados, que foram transformados em informações de

grande relevância, constituindo-se no entendimento de procedimentos comunitários e reflexões a sobre o tema dessa pesquisa.

Para facilitar os trabalhos, contou-se com o apoio do professor Carlos Mascarenhas, geógrafo e membro apoiador das comunidades, na condição de moderador e operador de gravação. Ao longo do encontro com os comunitários o professor realizou 10 perguntas que determinaram a dinâmica interativa dos participantes de maneira livre, onde todos puderam dispor de total liberdade para expressar suas opiniões e pontos de vista, assim como fazer pergunta sempre que julgassem necessário.

As perguntas foram as seguintes:

1. Qual a avaliação de vocês sobre as formas com que as comunidades têm usado o território ao longo dos tempos?
2. É possível perceber que as formas de uso asseguram boas relações com a natureza?
3. Quais fatores naturais podem influenciar nas formas de uso do território?
4. Qual a avaliação de vocês a cerca da produção de alimentos?
5. Como se dão as subdivisões dos espaços territoriais?
6. Existem conflitos territoriais? Se sim! Quais?
7. Como são definidas as regras e normas que determinam as relações das duas comunidades presentes no território comum?
8. É possível afirmar que os saberes ancestrais contribuem para o processo de gestão territorial?
9. Quanto à importância da oralidade nos processos de educação para as questões ecológicas no território?
10. Como vocês julgam os fazeres e saberes que envolvem a gestão local?

A série de perguntas foi definida previamente pelo pesquisador e apresentada previamente aos dirigentes das comunidades, a fim de obter aprovação ou não de seus membros. Uma vez aprovadas pelas lideranças, as perguntas foram feitas previamente aos grupos, para que tivessem noção das linhas a serem seguidas ao longo do diálogo.

Após todas as rodadas de perguntas e respostas e de posse dos dados, iniciou-se a análise prévia das informações enriqueceram. Certamente essa etapa da pesquisa foi enriquecida com os conhecimentos a cerca das práticas cotidianas das famílias. Afinal não se dispõe de tantas referências a cerca de gestão territorial tradicional, principalmente

nessas comunidades, motivo pelo qual se enfrenta uma verdadeira complexidade na organização das informações, para a concretização dessa pesquisa.

Esse fato segundo Gonzaga (2006), implica ao pesquisador maior cuidado em buscar “[...], compreender e classificar processos dinâmicos e experimentos por diferentes grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança de determinado grupo e permitir, em maior ou menor grau de aprofundamento, as particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos” (p.70).

Assim, o conjunto de relatos de experiências das pessoas, de suas técnicas, seus modos de vida e conhecimentos e como se expressam, após analisados, asseguraram importante fonte de compreensão e esclarecimentos que darão segurança para a concretização desse documento.

Mapeamento participativo

Não diferente dos passos anteriores no que se refere à participação das comunidades, o mapeamento participativo, como o próprio nome indica, contou com o fiel apoio dos comunitários. Por isso se tornou ao longo da pesquisa, um importante instrumento de análise “das diversas territorialidades” presentes no espaço geográfico das comunidades quilombolas em estudo. Essa modalidade de mapeamento possibilitou uma leitura do território a partir do olhar dos membros das comunidades, no que se refere às atividades saberes, fazeres, crenças, fenômenos naturais, uso comum dos espaços, dentre outras coisas. Sem dúvida evidenciando importantes elementos que constituem junto a demais atividades, uma diferente forma de se fazer gestão territorial, com elementos genuinamente tradicionais, transmitidos há séculos, principalmente por meio de relatos orais, pelas famílias que compõem as comunidades pesquisadas.

Para a elaboração do mapa foram formados dois grupos, sendo um com dez integrantes da comunidade África e outro com oito pessoas de Laranjituba. Os trabalhos iniciaram em África e sua sequência se deu em Laranjituba. Os grupos se reuniram por quatro vezes cada um, com o intuito de melhor analisar o conjunto de informações, que aos poucos foram sendo colocadas no mapa.

Seguindo orientação das lideranças comunitárias, os grupos contaram com pessoas indicadas pelos comunitários e buscaram contemplar as mais diversas habilidades em matéria de vivência e experiência territorial de cada um. Portanto os membros do grupo apresentaram vasto conhecimento territorial no que se referem aos limites territoriais, nascentes de igarapés, espécies vegetais, animais, extrativismo, trilhas, estradas, lugares sagrados, espaços de extração de argila, fibras, madeiras, fenômenos naturais, sementes, assim como uma infinidade de outros bens usados pelas comunidades.

É preciso dizer que o mapeamento participativo como metodologia de análise do território, foi fundamental na construção de um caloroso diálogo com as comunidades. Assim, o mapeamento certamente possibilitou entender o território em sua forma mais geral, baseado nas relações dos sujeitos e do espaço que traduziram por meio de suas falas, a complexidade de ações sociais presentes no território, realizada principalmente no espaço que a cada um desses sujeitos tem permissão de usar. Expor ainda o quanto a construção coletiva do mapa demonstrou conhecimentos territoriais, resultantes das lutas de cada um por conquistas e efetivação de direitos.

A confecção do primeiro rascunho se deu a partir da apresentação de material impresso em papel A0 aos grupos. A proposta continha apenas as linhas definindo os limites territoriais estabelecidas pelo Instituto de Terras do Pará, durante os processos de regularização fundiária do território. Além de uma linha transversal em que se imaginava ser o traçado limitando África e Laranjituba. Ou seja, uma linha delimitando o território em duas grandes áreas, uma referente à comunidade África e outra que equivale à porção que compreende Laranjituba.

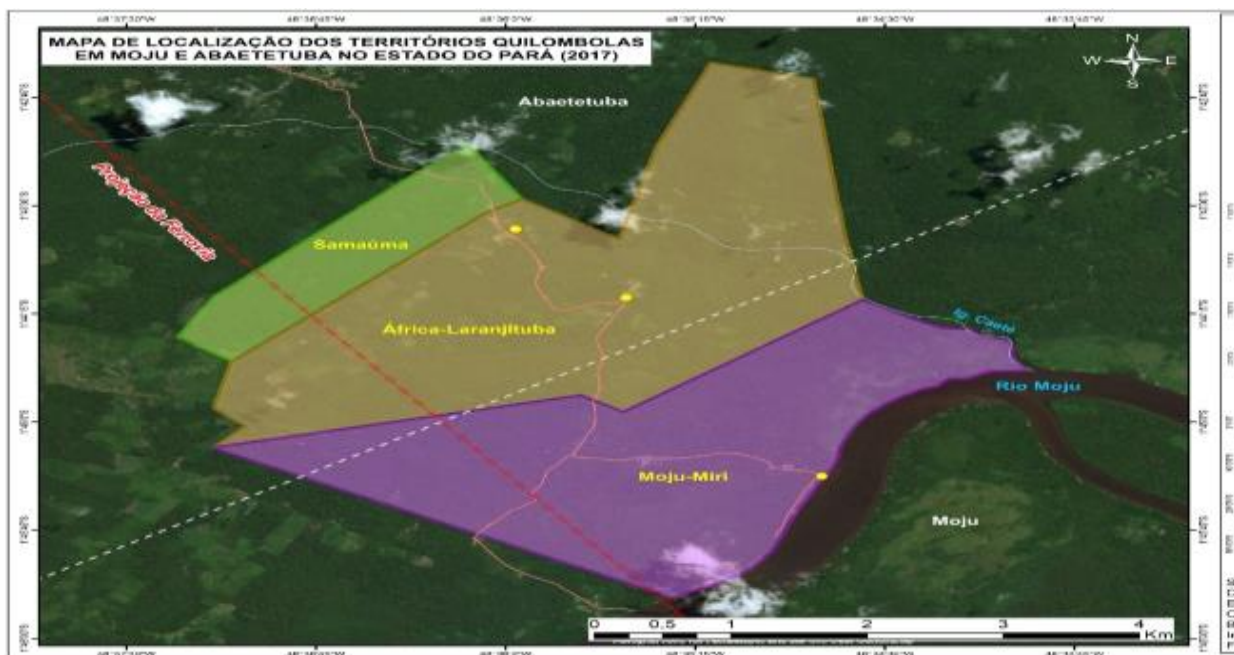
Após essa primeira experiência o grupo iniciou sua efetiva participação, com uma leitura geral das linhas apresentadas. Os comunitários de cara perceberam falhas no dimensionamento do traçado limite entre África e Laranjituba, gerando sua primeira orientação, que ocasionou imediata correção. Posteriormente, procederam-se as subdivisões territoriais compreendidas em centro comunitários, lotes produtivos, áreas de caça, pesca, extrativismo, locais sagrados, lugares de coleta de sementes, córregos, igarapés e etc. A confecção se deu em diversas etapas, uma vez que em função de sucessivos erros que foram ocorrendo e da construção de um entendimento grupal, tanto em África quanto de Laranjituba, provocando a necessidade de redirecionamento de

posicionamento geográfico de cada integrante do grupo. Esses erros possibilitaram um grande diálogo entre todos, mas sem dúvida permitiu a construção de um vasto e rico mapa, que contempla o registro das principais atividades e fenômenos que constituem a gestão territorial dessas comunidades. Por serem duas áreas independentes apesar do mesmo território tanto África quanto Laranjituba, concederam muito mais informações referentes ao seu próprio espaço de uso. Segundo cada integrante apesar de conhecer o território em sua totalidade, todos se sentiram mais seguros em falar do lugar onde tem maior vivência.

O mapa final resultante do conjunto de informações dos comunitários será muito mais que um simples mapa, muito mais que uma singular ferramenta de pesquisa. Significará um verdadeiro instrumento de representação social, que contém o sentimento das comunidades expostos em cada uma das informações cedidas ao longo dos diálogos e traduzindo seus desejos, seus sonhos em materialização visual, além de externalizar conhecimentos até então não registrado graficamente.

Esse trabalho possibilitou uma mudança nas formas de registro cartográfico local, onde bases cartográficas e os mapas sempre foram produzidos por técnicos especializados e sob o interesse de instituições públicas e privadas (ASCERALD, 2011).

Figura 1 - Esboço Inicial do Mapa



Fonte: Autor 2016

A evolução no entendimento foi possibilitando a inserção de novos elementos, permitindo melhor juízo a cerca do das mais importantes questões que cercam a gestão do território. Na imagem abaixo já haviam ocorrido às rodadas de diálogos em África, assim como em Laranjituba, logo era possível ter uma série de informações presentes e inseridas no documento, fator importante para “novos passos” objetivando a coleta de novas informações, sem perder o interesse e a motivação do grupo. Afinal sem eles seria muito mais difícil a obtenção das mais variadas formas de uso, costumes e fenômenos que envolvem o dia-a-dia das duas comunidades.

Figura 2 - Mapa com traçado na transversal

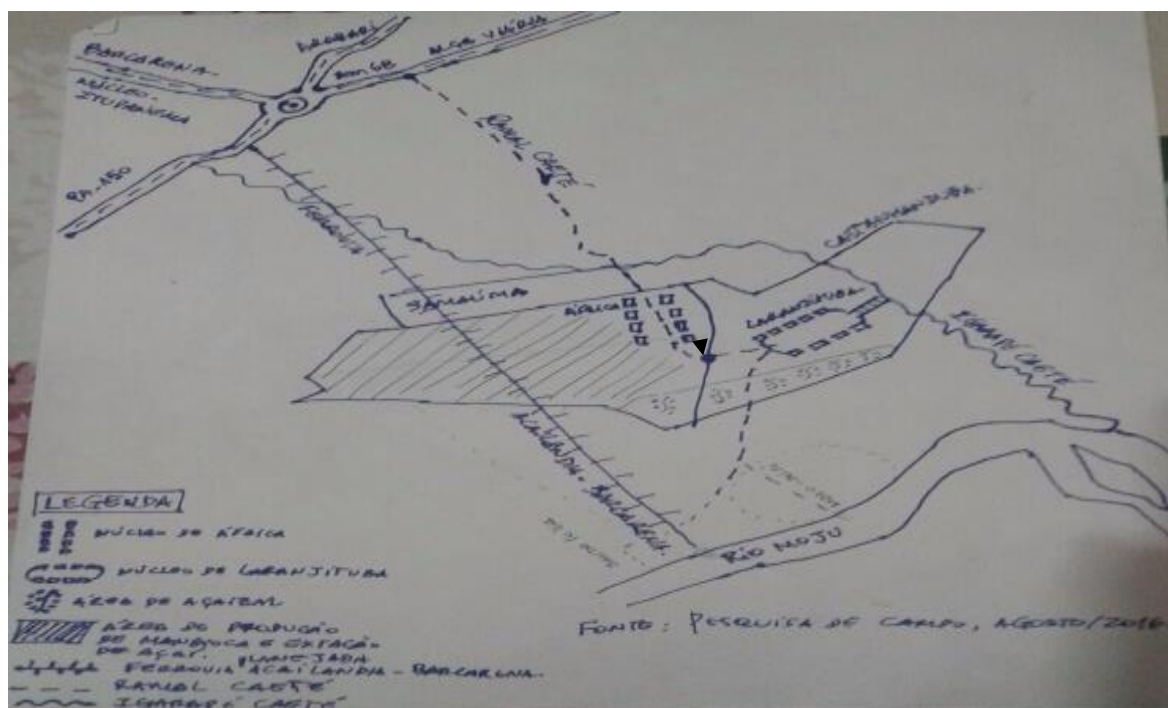


Foto: Carlos Mascarenhas

É necessário registrar que uma série informações reservadas à comunidade, presentes de alguma forma neste trabalho, não seriam reveladas a outro pesquisador, pois diversos elementos constituintes da gestão tem foro de uso unicamente comunitário, não sendo socializados com mais ninguém, principalmente em sua forma natural e comum, como ocorre entre os membros da comunidade.

Pode-se dizer também, que foi um verdadeiro privilégio poder em primeira-mão, fazer o registro de tão importantes informações contidas em cada elemento que proporciona as duas comunidades, às variadas atividades inter-relacionadas com diversas outras questões, constituindo um “mundo” de realizações diuturnas, que asseguram a manutenção dos mais importantes saberes e fazeres.

Importante salientar, que o entendimento mutuo a cerca dos segredos comunitários é algo que independe de formação escolar. A confidencialidade e o respeito às questões de cunho privado, regem as relações entre as pessoas, uma vez que a confiança é fator indispensável para a convivência grupal. Para o Griot Manoel Conceição, se não houver confiança entre as pessoas em comunidades como África e Laranjituba, (...) lugar onde a vida do outro é extensão da vida de alguém, a única coisa garantida é a destruição das identidades e conseqüentemente o desmantelamento comunitário, é certo que a confiança pode atuar em favor do melhor entendimento grupal, uma vez que possibilita a coesão e os laços de cooperação em tudo que se faz.

Para finalizar Manoel conta uma pequena lição de vida sobre confiança comumente contada na comunidade, que diz o seguinte:

Era uma vez o Fogo, a Água e a Confiança! Eles entraram em uma floresta escura e o fogo disse:

– Se eu me perder procurem o fumo, pois onde há fumo, há fogo!

A água disse:

– Se eu me perder me procurem na humidade, pois onde há humidade há água!

Então a confiança disse:

– Se eu me perder não me procurem, uma vez perdida nunca mais me encontrarão!

Manoel compreende que a confiança é muito importante nas relações das comunidades, porque é a maneira pela qual as pessoas percebem que é confiando que chegas onde se pretende chegar. A confiança é à base de todos os sentimentos, contudo a pessoas precisam acreditar em si mesma, e lutar para nunca perder a confiança de ninguém, confiança é algo que não se pode trazer de volta, conclui.

Sobre isso, Sabourin (2001) afirma que nos dispositivos de gestão partilhada dos recursos naturais, as relações de compartilhamento contribuem para o surgimento de sentimentos de pertencimento, assim como de confiança e respeito. Segundo o autor,

trata-se de valores produzidos pela relação de compartilhamento, que permitem, inclusive em condições de renda precária, conservar e reproduzir esses bens comuns.

Partindo do olhar de seu Manoel é possível dizer que para a elaboração dessa pesquisa se estabeleceu importante laço de confiança entre comunitários e pesquisador. Assim foi possível ouvir, falar, questionar, a fim de, obter elementos para a concretização desse trabalho. Por si só a elaboração do mapa, fase inicial da pesquisa, já criou uma fase que vislumbrou a confiança que regeu as demais atividades, assegurando a permissão do uso de conhecimentos, práticas, dentre outras informações.

Figura 3 - Foto da elaboração do Mapa



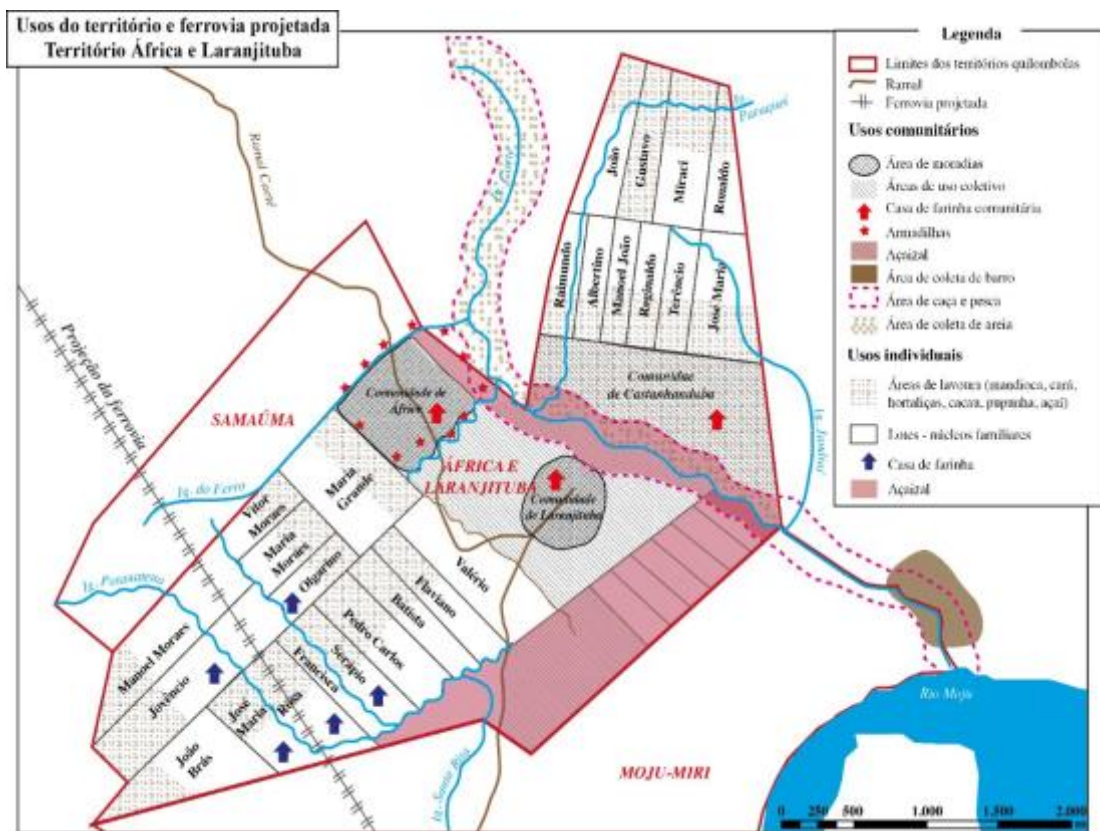
Foto: Carlos Mascarenhas

Ao longo das atividades de elaboração do mapa percebeu-se que para África e Laranjituba, o conhecimento a cerca do local é “intenso” e “enérgico”, refletido em práticas, relações e rituais constantes que exigem proximidade e confiança. Sobre isso Acselrad (2008, p. 15) menciona que:

As tecnologias mais avançadas, como os sofisticados Sistemas de Informações Geográficas, embora permitam um uso bem mais útil das cores, camadas e grupos de dados, aumentam a distância entre as pessoas das comunidades, detentoras do conhecimento local, e aqueles que produzem os mapas.

Assim o mapeamento certamente além de aproximar as visões do pesquisador a cerca do território, também aproximou pessoas, ideias e sentimentos, pois criou um espaço onde todos os envolvidos puderam demonstrar de forma detalhada os espaços utilizados por cada uma das práticas, assim como as formas de utilização por meio da agricultura, pecuária, extrativismo, recursos hídricos, religião, presença e espécies animais silvestres, assim como demais práticas comuns ao território. Informações que internalizam diferentes olhares das vivencia e experiências de cada um.

Figura 4: Mapa do território



Fonte: Autor 2016

História da comunidade

Segundo relatos orais de moradores da comunidade, no século XVII, por volta do ano de 1717, diversas pessoas foram levadas para o baixo Tocantins, para a localidade de Caeté e vizinhança para trabalharem em regime de escravidão em projeto de cacau, lavouras de mandioca, extração de madeira, dentre outras atividades, regime que perdurou por cerca de 120 anos. Pelo menos seis pessoas viviam em África e eram responsáveis principalmente pela coleta e limpeza do Cacoal na localidade, recebendo reforço de trabalhadores de acordo com a necessidade. Todo esse processo foi comandado um grupo identificado família Barata, assumindo posteriormente, Raimundo Barata que de acordo com os relatos seria o maior escravizador na região.

Contam os idosos que um homem escravizado de nome Luís Rezende Moraes, foi comprado para ser um dos reprodutores pelo “senhor” Raimundo Barata, dono do engenho de Guadalupe, localizado na foz do Igarapé Caeté – Baixo Rio Moju, cujo igarapé emprestou nome ao território quilombola atual. Ainda segundo os registros orais, Barata era detentor de considerável riqueza. Possuía vários pontos de produção, onde Águapé, Camorituba, Cabresto, Gaujarauna, Samaúma, Moju Miri e outros locais na região, faziam parte de sua propriedade.

Em todos esses locais viviam grandes números de mulheres que eram escravizadas de múltiplas formas, as quais homens como Luís Rezende e outros eram responsáveis por engravidá-las (eram reprodutores) e gerar filhos fortes e saudáveis, para serem usados na produção de cacau em Sumaúma, extração de madeira, produção de bebidas e outros insumos em toda a região.

Barata enfrentou grandes dificuldades de aquisição da mão-de-obra devido a fatores como preço, logística e repressão por parte de movimentos contrários a exploração escravista. Sem muitas opções, decide fazer a aquisição de mulheres, que por conta de fatores históricos eram bem mais baratas.

Segundo Juvêncio Moraes, griot¹ de 65 anos da comunidade África, Raimundo Barata constrói em Guajarauna um casarão onde atualmente o território pertence à comunidade quilombola Cacoal e chama o local de fazenda, somente nesse local comumente viviam cerca de 40 a 100 mulheres, cujo papel era reproduzir e alimentar as crianças até por volta dos 10 anos de idade, momento em que eram arrancadas das mães para se iniciar o processo de escravização.

Alguns anos antes da cabanagem, movimento ocorrido entre 1835-1840, no qual negros e índios se insurgiram contra a elite política e tomaram o poder no Pará. Tendo como principais causas da revolta a extrema pobreza das populações humildes e a irrelevância política à qual a província foi relegada após a independência do Brasil. Os negros executaram Raimundo Barata nas matas de Cacoal/ Guajarauna. Conhecedor de todo o território do baixo Moju, Luiz Rezende de Moraes, segue para Sumaúma com uma das mulheres escravizadas na condição de esposa, juntos trazem 10 filhos, sendo um com outra mulher.

Chegando a Sumaúma, os filhos de Rezende ainda movidos pelo ódio dispensado ao “senhor” e por nunca se entenderem com o decimo irmão, visto como pessoa que oferecia perigo aos demais, e ainda pelas características de pessoa violenta que sempre mostrou toda vez em que havia luta por liberdade na senzala, decidem matá-lo. Rezende imediatamente reage e decide pessoalmente matar o próprio filho, cujo nome era Honório Tomé dos Moraes.

Isso tudo ocorreu sem o conhecimento de Honório. Rezende o convida a caminhar pelas matas e em uma conversa esclarece ao filho o que estava acontecendo. Assim propõe forjar sua morte ali mesmo e informar aos demais que o havia matado, assim acalmaria a animosidade dos demais irmãos. Concordando com o pai, o dois dirigem-se a uma fazenda em Jambuaçú de onde trazem Marcolina Francisca de Moraes, para tornar-se esposa de Honório. Dizem que Marcolina vivia com um homem em Jambuaçú, apesar desse fato, Rezende e a trouxeram para viver com seu filho. Juntos Honório e Sermeia tiveram 11 filhos, sendo eles: Marcelo, Brígido, Felipe, Pascoa, Maria, Secondiana, João, Crispiano Atanázio, Eufêmea e Lúcia, além de outros dois filhos adotivos. Com passar dos tempos esses filhos e

¹ "Termo do vocabulário franco-africano criado na época colonial para designar o narrador, cantor, cronista e genealogista que, pela tradição oral, transmite a história de personagens e famílias importantes para as quais, em geral, está a serviço". Hoje, no Brasil, a palavra é utilizada para designar os anciões, conhecedores e contadores da história local.

filhas dirigiram-se aos pontos de produção e demais lugares que antes pertenciam a Raimundo Barata e se casaram, dando origem ao lugar que foi chamado pelas famílias de sitio África, categoria que durou até o ano de 1969.

Em 1970 é organizada a primeira comunidade eclesial de base com cunho religioso cristão, cuja ideia foi o fortalecimento das ações da igreja católica, assim melhorias estruturais do lugar. A partir de então ocorre à mudança de sitio para comunidade África, caracterização que sofre alteração durante os processos de titulação, recebendo oficialmente o título de território quilombola. É a partir desse período que as comunidades começam a ter um aumento populacional significativo, exigindo maior organização para evitar problemas no território.

Contexto comunitário atual

Aspectos administrativos

O território das comunidades quilombolas de África e Laranjituba está dentro de dois municípios, politicamente (educação, saúde, iluminação pública e eleitores) dentro do município de Moju, com sede situada à margem direita do rio de mesmo nome, abaixo da saída do canal de Igarapé-Miri, em terrenos doados por Antônio Dornelas de Sousa à Irmandade do Divino Espírito Santo, em julho de 1754.

Decaiu ao núcleo de povoado, após a sua primitiva criação em freguesia, ao ponto de ser completamente abandonado dos poderes públicos, desaparecendo inteiramente a categoria eclesiástica que lhe fora concedida, estando esquecido para o período da Independência. Em 1839 obteve a atual sede municipal a categoria de freguesia novamente, com toda a jurisdição dos rios Acará e Moju. A Lei n.º 279, de 28 de agosto de 1856, criou o município do Moju, (IBGE 2015).

Geograficamente o território está situado no município de Abaetetuba, município localizado na zona fisiográfica Guajarina, à margem direita da foz do Rio Tocantins, foi primitivamente chamado Abaeté, topônimo indígena que significa homem forte e valente.

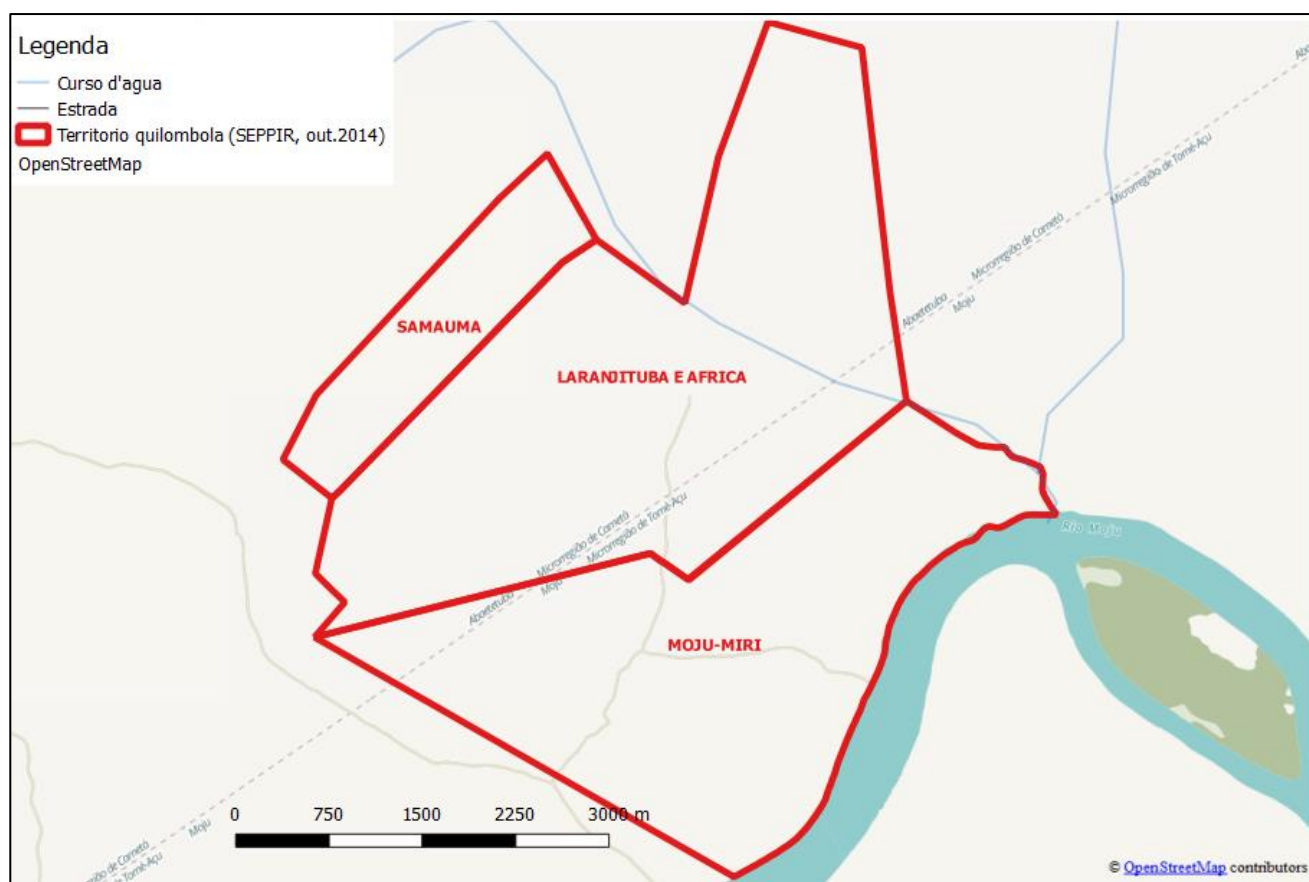
Existem divergências quanto às primeiras penetrações no território. Tradicionalmente, sabe-se que foram realizadas por Francisco de Azevedo Monteiro quando, em 1745, ali aportou acompanhado de sua família, abrigando-se de forte temporal.

Segundo Palma Muniz, frades capuchos, fundaram o Convento da Uma, seguindo-os, mais tarde, os Jesuítas, exploradores do Rio Uraenga ou Ararenga. Afirma também Palma Muniz que a fundação de Abaeté ocorreu em 1750. Inicialmente, o território pertencia ao município da Capital, passando, em 1844, ao município de Igarapé-Miri. Abaeté recebeu foros de Cidade em 1895. Entretanto, por força da legislação federal que proibia a duplicidade de topônimos de cidades e vilas brasileiras, em 1944, passou a chamar-se Abaetetuba de origem tupi que significa lugar de homem ilustre, (IBGE, 2013).

Desde a sua origem, há aproximadamente 300 anos até 2007, as comunidades África e Laranjituba sempre se relacionaram com o município de Moju. Em 2007 o Tribunal Superior Eleitoral do Pará (TSE), transferiu as sessões eleitorais dessas comunidades para o município de Abaetetuba, alegando a existência de uma lei de 1944 que assim definia a região. Ainda em 2007 a assembleia legislativa do Estado do Pará, por meio do processo número 775/2007, solicitou o desmembramento de 20 localidades de Moju e Barcarena e as anexa ao município de Abaetetuba. Nesse contexto, África e Laranjituba passam a integrar geograficamente o município de Abaetetuba.

Ocorre que há 300 anos essas comunidades mantêm ligação sociocultural com a cidade de Moju, por meio do rio, mesmo antes da categorização de município. Por isso as alterações administrativas não trouxeram mudanças totais nas relações políticas, mantendo de regras as relações definidas tradicionalmente pelas comunidades. Em função disso, atualmente o território tem “ligações” com duas sedes de municípios, uma política que se dá com Moju e outra geográfica e comercial com Abaetetuba.

Figura 4 - Territórios quilombolas de África e Laranjituba, Samaúma e Moju-Miri



Fonte: Seppir 2014

O território foi titulado por três vezes, a primeira ocorreu por volta da década de 1990. Naquele ano, as terras foram tituladas em pequenos lotes de 100 hectares com o objetivo de atender a reforma agrária com o chamado incentivo à agricultura familiar. Os títulos foram expedidos pelo Instituto de Terra do Pará – ITERPA. Naquele ano o território pertencia ao município de Moju, segundo os títulos entregues. A segunda titulação ocorreu em 2002, quando o mesmo instituto expediu um título coletivo, cujo território obteve área de 118.0441 (ha). Naquele ano a comunidade entendeu que ainda havia áreas de uso tradicional das famílias que não haviam sido inseridas na titulação, assim requereu junto ao governo do Pará a inclusão da referida área e a substituição do título. O Instituto atendeu ao pleito das comunidades, e anulou o título emitido em 2002, expedindo um novo título em 2008, ampliando o território para 1108.1837 (ha), segundo o Instituto de Terras do Pará.

Em de 28 de dezembro de 2010, o governo do Pará publica o decreto nº 2.684, que homologa a criação do Território Estadual Quilombola – TEQ, denominado Laranjituba e

África, com objetivo de promover o etnodesenvolvimento local, reforçando o reconhecimento do Estado a luta secular das famílias dessas comunidades.

Aspectos demográficos

A população está definida em dois grupos, o primeiro na porção territorial de África e o segundo na área de Laranjituba. Não se têm dados oficiais sobre a dinâmica de crescimento populacional dessas comunidades. Assim as únicas fontes de informações consistem em subsídios das próprias comunidades, apoiadas em informações simples dos bancos de dados dos serviços de saúde pública e do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), o que implica de certa forma em limitações de entendimento mais detalhados sobre os ciclos de crescimento populacional, nível médio de renda e distribuição, entre outros fatores de fundamental importância para a compreensão do funcionamento dos diversos aspectos do espaço social.

De acordo com as informações reunidas a partir dos diálogos com os comunitários e informações oficiais, é possível dizer que ao longo desses três séculos de organização o território teve um crescimento populacional variável. É importante salientar que nos últimos cem anos, o crescimento populacional foi mais expressivo em relação aos dois séculos anteriores, saltando de 48 para 193 pessoas. Em percentuais, o crescimento foi de 92,64% nesse período, o que significa que a comunidade está na sua fase de maior crescimento demográfico desde a sua origem.

Segundo as famílias entrevistadas, esse crescimento se deu principalmente em função do número de jovens que constituíram famílias, combinado com a redução dos casos de morte por doenças como: sarampo, caxumba, ataques de animais peçonhentos, tétano, varicela e outras doenças, malária, beribéri, dentre outras doenças não presentes na comunidade atualmente, combinado com melhores condições de habitação, alimentação e cuidados com a saúde.

De acordo com dados obtidos ao longo da pesquisa, principalmente por meio de relatos orais, o território apresenta a seguinte trajetória populacional:

Tabela 1 - Demografia, a partir de relatos orais.

Ano	Ident. da localidade	Categoria	Nº de Casas	Pessoas/Total		Data de Atualização (SISMAL)*	Longevidade
1717	África	Sítio	02	----	Total 06	-----	27 anos
1835	África	Sítio	07	22	Total 30	-----	32 anos
	Laranjituba	Sítio	02	05			
	Castanhaduba	Sítio	02	03			
1969	África	Sítio	12	31	Total 48	-----	80 anos homens, Até 100 para mulheres
	Laranjituba	Sítio	09	17			-----
1970 á 2017	África	Comunidade	34	82	Total 193	1997 a 2016	80 anos homens, Até 100 para mulheres
	Laranjituba	Comunidade	30	111		1997 a 2016	80 anos homens, Até 100 para mulheres

Fonte: Autor 2016

*Sistema de Notificação de Malária

Formas de acesso à comunidade

O acesso às comunidades é feito principalmente por estrada, embora também possa ser feito pelo rio Moju.

A chegada por terra, como se diz na comunidade, tem como via de acesso a rodovia alça viária que liga Belém, capital do Pará, a região do baixo Tocantins, com entrada pelo quilometro 68 dessa rodovia. Depois se pega o ramal Caeté de acordo com a figura acima. A estrada que é feita de piçarra, tem uma extensão com cerca de 9 km, ligando a rodovia ao território.

A chegada pelo rio é feita via a comunidade Quilombola Moju-Miri. Saindo de Belém, o deslocamento dura em torno de 3 horas, mesma duração se for considerada a saída da cidade de Moju. Entre Moju-Miri e o território de África e Laranjituba tem um trecho terrestre de cerca de quatro quilômetros, que assim como o ramal Caeté também é construído de piçarra, minério muito presente na região, dispendo de jazidas volumosas ao

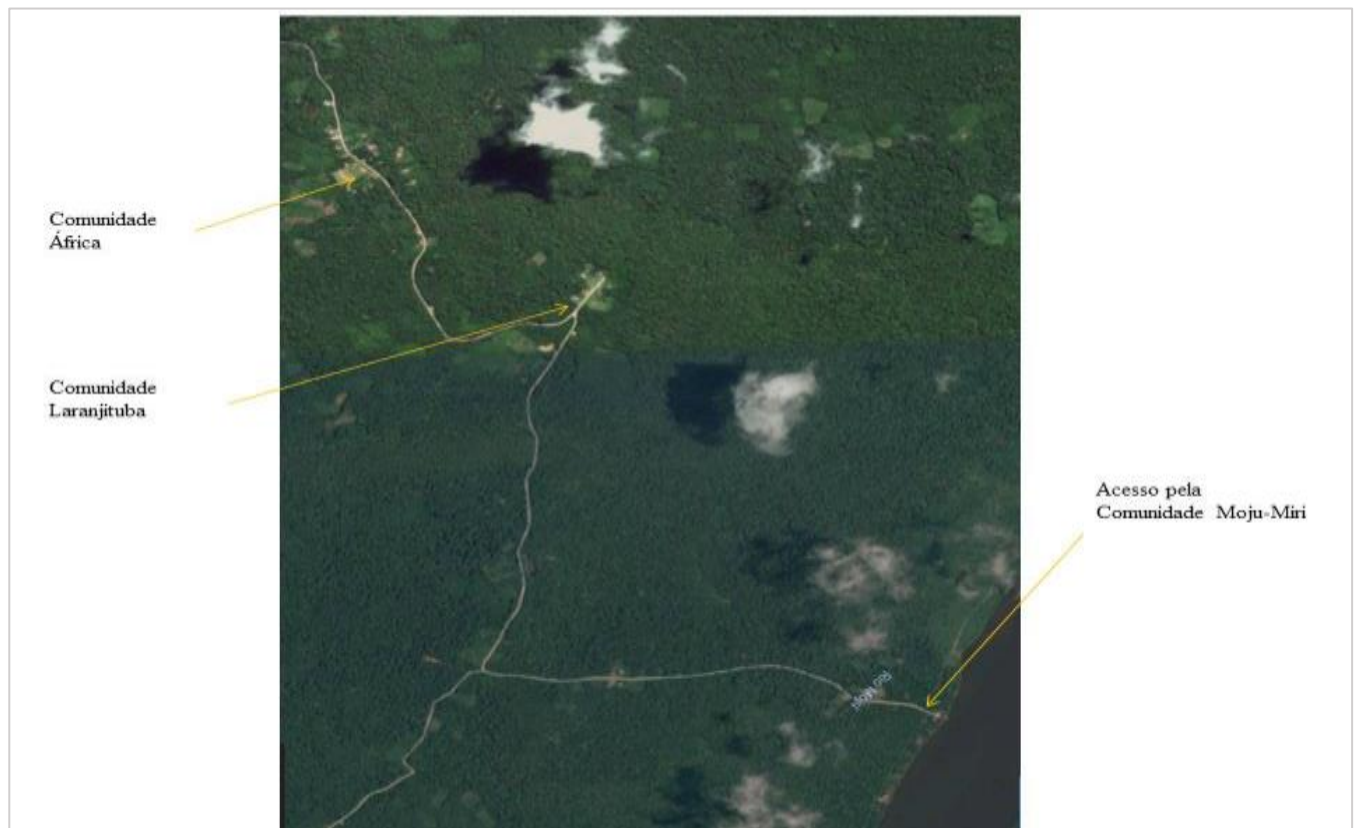
longo das estradas da região, que de certa forma facilita o uso desse minério para a arrumação dos chamados ramais.

Figura 5 - Acessos a comunidades África e Laranjituba



Fonte: Adaptação Projeto Alça Viária

Figura 6 - Acesso ao território via fluvial



O transporte de pessoas, gêneros agrícolas, artesanatos, dentre outros produtos, se dá principalmente por meio dos serviços de transporte coletivo que é ofertado por empresas particulares, que disponibilizam três ônibus que fazem uma viagem por dia cada, em alternância. O valor médio pago por uma passagem é de vinte reais por pessoas e mais as bagagens pesadas ou volumosas. O transporte também é feito em condução própria, uma vez que algumas famílias dispõem de motocicleta, bicicleta ou carro, usados para facilitar o deslocamento na região, além de serviços de mototaxistas de outras comunidades que atendem as famílias da comunidade.

Figura 7 - Transporte Coletivo



Fonte: COOTRAMPA

Internamente o transporte de produtos é feito por “largata”, carroças, “Jacaré” ou conduzido em paneiro preso nas costas. A largata é feita de varas resistentes e consiste em fixar travessas ao longo da extensão, seguindo da parte mais grossa até a metade, obedecendo sempre o mesmo tamanho. Do meio para as pontas o tamanho é reduzido paulatinamente até que as duas extremidades se junte formando a estrutura. A tração é feita por búfalo que, usando canga de madeira, presa por corda arrasta o equipamento sobre estivas feitas de varas sobre o chão, que facilita o deslizamento. Ressalta-se que essa forma de transporte em tempos de verão, requer a utilização de lubrificante nas estivas para facilitar o deslizamento.

Figura 8 - Equipamentos usados como meio de transporte interno



Fonte: Autor 2017

Habitação

As casas são tradicionalmente construídas em madeira e telha de barro como mostra a imagem abaixo. Sendo comum as casas apresentarem apenas um quarto, sala e cozinha apesar do grande número de integrantes por cada unidade habitacional. Das 64 casas, apenas 8 são construídas em alvenaria, sendo cinco na comunidade África e três em Laranjituba. Todas as casas são atendidas com energia elétrica 24 horas e iluminação pública. Contudo, algumas casas tem o serviço de energia improvisado em função do não atendimento por parte da concessionária de energia.

Figura 9 - Casas de moradores de Laranjituba



Fonte: Autor 2016

Abastecimento d'água

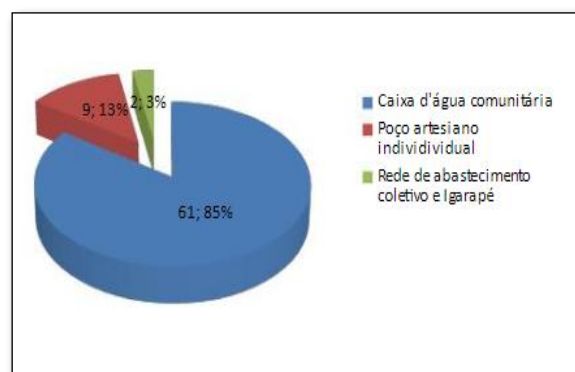
O território dispõe de dois pequenos sistemas de abastecimento de água de mesmo tamanho e modelo. A água distribuída às famílias é captada de dois poços artesianos (um em África e outro em Laranjituba), tendo como reservatório duas caixas d'água, sendo, uma em cada comunidade. Não há tratamento antes da distribuição, por conta disso as famílias dispõem de filtros para assegurar condições potáveis ao líquido que chega às torneiras. A distribuição chega a 71 pontos de uso, sendo 63 casas das 64 casas atendidas pela rede dos sistemas abastecimento local. Os outros 9 pontos são atendidos por meio de poços individuais ou igarapés. Assim das 64 casas, uma dispõe de um chamado "poço amazônico" e fica bem distante do centro comunitário, onde estão concentradas as demais residências, os outros oito pontos de uso d'água ficam nas casas de farinha, nos espaços de lazer, campo de futebol, clube de festa, pontos públicos de coleta d'água e outros, que contam também com uso das águas dos igarapés.

Figura 10 - Sistemas de abastecimento d'água África e Laranjituba



Fonte: Autor 2016

Tabela 2 - Abastecimento de água em África e Laranjituba



Caixa d'água comunitária: 61

Poço artesiano individual: 9

Rede de abastecimento coletivo e igarapé: 2

Fonte: Autor 2016

Quanto ao sistema de esgoto coletivo e de águas pluviais, ainda não existe um no território, contudo isso não representa maiores problemas à realidade local, pois as águas pluviais são drenadas de forma natural, o que não oferece nenhum problema grave até o momento. O lixo recebe comumente a queima como forma de tratamento, uma vez que não existe serviço de coleta na região. Porém somente sacolas e demais embalagens plásticas são incineradas, os demais resíduos são armazenados em locais específicos para decomposição.



Figura 11 - Área comunitária de África

Figura 12 - Área comunitária de Laranjituba



Educação

No que corresponde à educação, a comunidade de Laranjituba é assistida por uma escola de 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental e a Comunidade África possui uma escola de 4ª a 8ª Série do Ensino Fundamental, construída com recursos próprios da Comunidade, possuindo 03 salas, em estado razoável. Nessa mesma escola funcionam turmas de Ensino Médio, na modalidade ensino modular (SOME), e conta com transporte escolar para os alunos que residem mais distante.

Figura 13 – Escolas da comunidade

Escola da comunidade Laranjituba



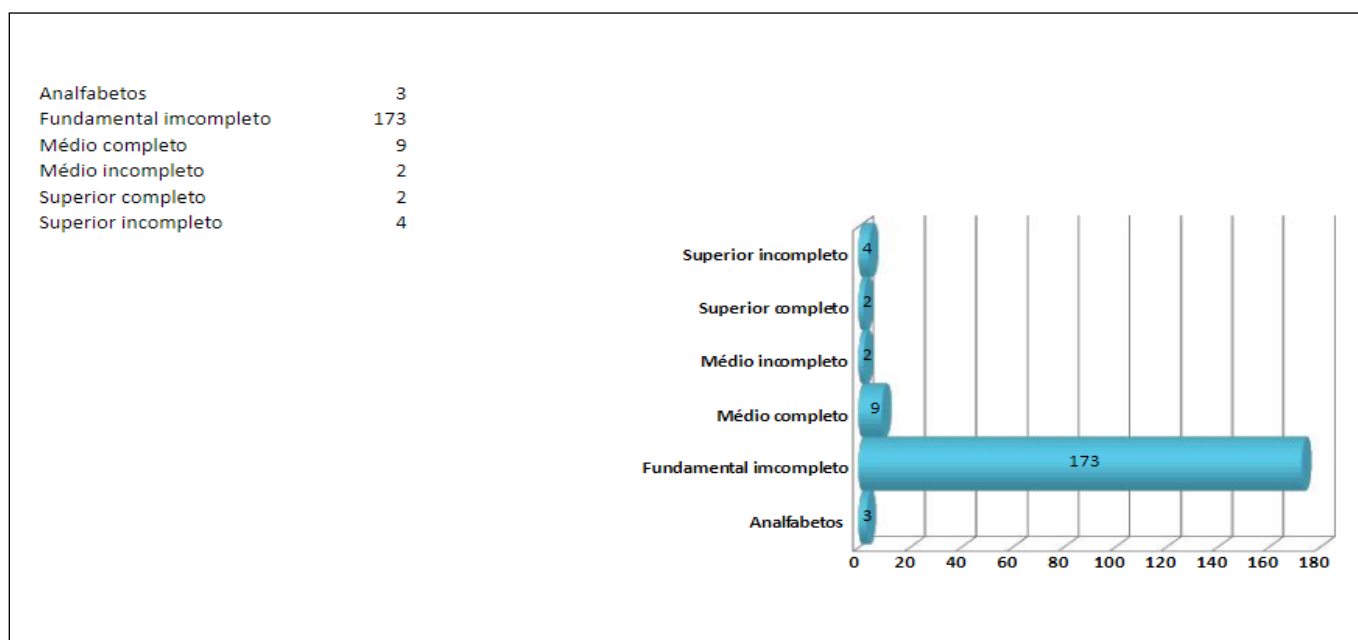
Escola da comunidade África



Fonte: Autor 2016

O nível de escolaridade ainda é uma questão bastante complicada para o território. Pode-se dizer que isso é reflexo dos longos anos de ausência de políticas públicas voltadas para a resolução dos problemas históricos de um Brasil que deixou de oferecer direito básicos, como a educação. A comunidade teve sua primeira escola de educação básica de primeira a quarta série no sistema multiseriado por volta de 1970. Nessa época, Dona Osmarina, hoje professora leiga aposentada, decidiu ensinar as pessoas da comunidade, tendo apenas a quarta série do ensino fundamental. Com o passar dos anos, ela foi contratada pelo estado do Pará, mesmo se lecionou em uma sala de sua própria casa por 30 anos.

Tabela 3 - Escolaridade dos moradores



Fonte: Autor 2017

Com a aposentadoria da professora Osmarina, que ocorreu em 1997, a comunidade encampou uma luta para conseguir recursos para a construção de uma escola na comunidade. Isso ocorreu em 2007, após a liberação de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FNDE), do governo federal. Após a construção do prédio na comunidade África, a luta foi ainda mais dura, pois convencer as autoridades para os registros da escola foi trabalhoso, necessitando inclusive de medida judicial. Esse processo resultou na condenação do Estado e subsequente implantação da Escola Bento Lima de Oliveira, que homenageia o segundo professor quilombola local, uma vez que Osmarina acabara de ser homenageada em uma pequena escola construída pelos moradores no mesmo ano, em frente a sua casa em Laranjituba.

Em 2012, ocorre a conclusão das primeiras turmas do ensino fundamental, que ingressaram ao ensino médio no ano seguinte, com muitas desistências por fatores como: cansaço, dificuldades de aprendizagem, distância entre a casa e a escola, transporte, falta de estímulos por parte de professores e familiares, dentre outros fatores. Todas essas circunstâncias justificam os limitados números demonstrados acima.

Saúde

Quanto à saúde, as comunidades não dispõem de posto de atendimento de saúde, ambulância, assim como de agentes comunitários ou qualquer programa voltado ao atendimento em saúde no local. As práticas mais comuns de tratamento ainda são as formas tradicionais, que unem o conhecimento familiar sobre as ervas, plantas, sementes, raízes e folhas, obtidas na floresta e nas hortas de quintais (farmácia viva), em busca de solucionar os problemas de saúde. As práticas de pajelança, os mestres e mestras, os benzedores ou benzedoras, as parteiras, o curador ou curandeiro², que curam os males da matéria, da alma, da aura por meio de seus trabalhos, também representam importante papel de cuidado à saúde.

Esses conhecimentos asseguram ao território fonte primordial de bem-estar e qualidade de vida e saúde. Essa prática de medicina tradicional é adotada nos casos de menor urgência atualmente, principalmente em ocorrências em que o paciente pode ser tratado por longo período sem oferecer risco iminente de morte. Já nos casos de doenças graves, principalmente os acidentes (ofídicos, quedas, fraturas, pancadas e etc.), os moradores são conduzidos até a sede dos Municípios de Barcarena ou Belém. Assim como no passado, ainda é comum o uso de rede presa (ver imagem a seguir) em pau-de-carga, para a condução dos pacientes até que se tenha o auxílio de uma ambulância da comunidade vizinha, que a partir dali conduz o paciente até o hospital para que se realize o tratamento. Apesar de todas essas dificuldades não são recorrentes os problemas ligados à saúde das famílias.

² Citando Mãe Katia Haddad, “Nossos mestres e mestras normalmente não gostam de usar a denominação **curandeiro ou curandeira**, porque essa denominação remete muito a questão feiticeiro e nós ainda não dispomos de ferramentas capazes de desconstruir o sentido negativo doado ao termo. Ainda temos muita coisa para desconstruir”.

Figura 14 - Transporte de pacientes de forma tradicional



Foto: Raimundo Castro

O território em questão desenvolveu ao longo de sua história, forma própria de organização e autonomia. Desenvolveu também sua própria maneira de fazer economia, assim como suas práticas de gestão associadas aos múltiplos elementos presentes no território. Assim internamente as famílias produzem os principais bens de consumo, alimentos, utilidades e outros frutos que atendem as necessidades internas e possibilitada a comercialização do excedente. Essa forma de economia tradicionalmente foi desenvolvida pelas famílias e com o passar dos tempos vem apresentando os resultados que serão vistos em seguida.

Economia local

Agroextrativismo

O abastecimento de gêneros alimentícios, entre outros, das residências e dos dois pequenos comércios do local, é feito principalmente pelas plantações e próprias lavouras dos moradores ou pelas atividades de pesca, criação de animais ou caças. As demais necessidades são supridas a partir das compras feitas pelos moradores e proprietários das pequenas vendas, quando se deslocam à sede do município para esse fim.

A alimentação das famílias tem como base principal o plantio de dois tipos principais de alimentos, a mandioca e o açaí, que são complementados com a caça, a pesca e a criação de pequenos animais, além do cultivo de hortaliças tradicionais e o extrativismo. O açaí, ao longo dos tempos, vem passando de mera produção para o consumo para a comercialização da parcela excedente. Em face de sua valorização no mercado, se tem aumentado a produção e com isso se consegue comercializar além dos limites da comunidade, como ao longo de anos se fez. Sua produção ocorre em todos os meses do ano, sendo, no entanto, economicamente limitada no período compreendido entre janeiro e julho, assegurando apenas a alimentação das famílias nesses meses. Essa limitação se dá em função do período de entressafra, conhecido pelas comunidades como piroqueira, que é quando os açazeiros produzem apenas pequenos cachos dificultando a colheita em escala mais volumosa.

A grande safra se concentra no segundo semestre do ano, com maiores produções nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro. Esse período da grande safra é quando as famílias comercializam a produção excedente e com os resultados financeiros

fazem a aquisição de outros bens de consumo, assim como de alimentos necessários a assegurar-lhes melhores condições de vida.

Figura 15 - Produção de açaí



Fonte: AQUIBAC

A farinha de mandioca é outro alimento fundamental no dia-a-dia da comunidade. Por esse motivo, ao longo dos tempos, buscou-se melhoramentos nas formas de plantio, assim como na qualificação da produção de farinha, produto gerador de renda e alimento, uma vez que por meio da mandioca se asseguram as bases da alimentação da comunidade.

Figura 16 - Produção de Farinha no território



Fonte: Autor 2016

É a mandioca que possibilita parte fundamental da alimentação comunitária por meio da farinha, do tacacá, do beiju, da tapioca, do tucupi, carimã, macaxeira, fécula para mingaus, como o de crueira (bebida muito apreciada pelas famílias), a ração usada na criação de animais, inseticida, sabão, os banhos usados durante os rituais, além de pussangas³ e muitos outros produtos a base de mandioca. É também a mandioca que assegura a produção da maniçoba, um dos mais importantes e conhecidos pratos da culinária regional.

Mesmo o prato tendo origem indígena a comunidade o tem como parte de sua alimentação, por isso tradicionalmente usa esse alimento como uma de suas fontes de nutrição e cultura. É possível dizer que as famílias desenvolveram sua forma própria de produção, que vai da escolha da espécie de maniva a ser moída e cozida ao tipo de carne a ser adicionado, possibilitando degustar diferentes sabores de maniçoba, assim como variedade de aromas e temperos. O prato é preparado com as folhas da maniva (mandioca), que são moídas e cozidas por aproximadamente uma semana, esse processo de cozimento serve para retirar da planta o ácido cianídrico que é venenoso. Ao longo da semana é acrescentada a carne de porco, carne bovina e outros ingredientes defumados e salgados. A maniçoba é servida acompanhada de arroz branco, farinha de mandioca e pimenta. Essa alimentação, além de cultura, é também um verdadeiro fator de aproximação de pessoas. A maniçoba tem o “poder” de atrair familiares e amigos ao longo do ano, seja em datas festivas ou simples almoço familiar.

Figura 17 – Maniçoba

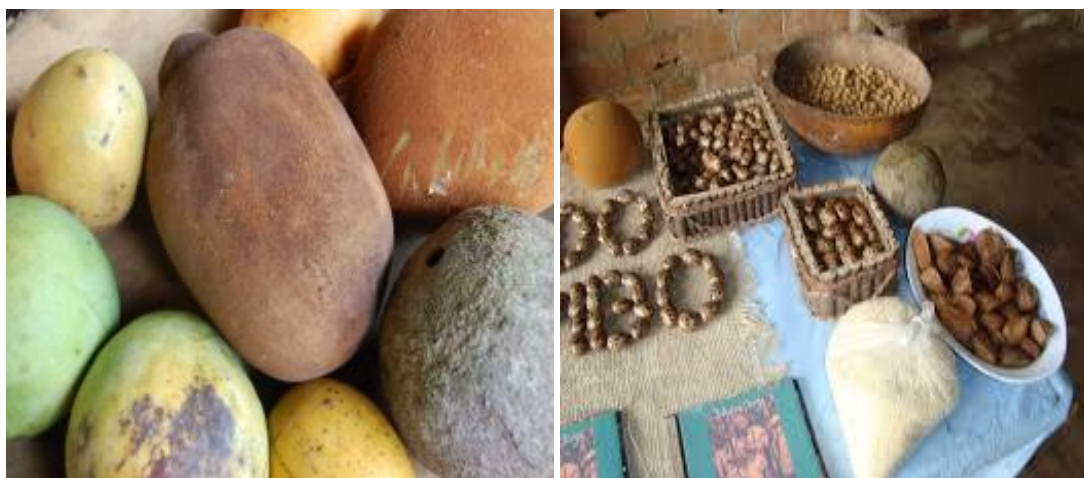


Fonte: DOL

³ Do tupi poçang , cujo significado pode variar entre as famílias: hora medicamento caseiro; hora feitiço para atração de algo ou alguém.

O extrativismo é também importante atividade econômica que contribui para a formação da renda familiar. Nesse caso, as principais atividades consistem na coleta de castanha-do-Pará, extração de cascas, raízes e sementes usados como fármacos e na gastronomia, além da coleta de frutas como o piquiá, uxi, marí, cupuaçu, jatobá, bacuri, cacau, dentre tanto outros, que ocorrem principalmente durante o chamado inverno amazônico, entre os meses de janeiro e maio.

Figura 18 – Manga, Castanha e Cupuaçu, produtos do Extrativismo.



Fonte: Filhos do Quilombo

O manejo de açazais e a limpeza das roças de mandioca, constituem a maior fonte de geração de renda das famílias. No período da chamada entressafra de frutos, em especial do açaí, as famílias aproveitam para limpar os açazais e esperar o período de coleta dos frutos durante a safra. Esse processo de manejo produz o palmito, produto gerado a partir da retirada de exemplares mais velhos do açazeiro. Este palmito, produto muito apreciado na culinária é comercializado em Moju, Abaetetuba ou Belém, deixando renda as famílias. Essa atividade ocorre tanto nos açazais da própria família, quanto em açazais de outras famílias, que contratam os comunitários em alguns casos, uma vez que a regra é o trabalho em grupo na chamada troca de dia, onde os integrantes dos grupos praticam atividades em regime de mutirão atendendo a todos os integrantes do grupo. A limpeza das roças de mandioca ocorre regularmente ao longo do ano, na ausência de mutirões alguns agricultores ofertam trabalho à família, assegurando renda nessa atividade.

Figura 19 - Manejo de Açazais



Fonte: Salles Nafes

Artesanato

A economia do território tem muito a ver com a base alimentar das famílias, pois o alicerce está embasado principalmente na produção de mandioca e açai, cuja produção excedente tem caráter comercial, permitindo, por exemplo, a obtenção de produtos não ofertados na comunidade. Como forma de ampliar a renda das famílias, também se produz artesanatos tradicionais, sendo os principais a cestaria á partir das fibras de guarumã, gamelas em madeira de sucata de floresta, canoa, peças ornamentais em resíduos de açai, biojóias.

Ainda em matéria de artesanato a comunidade orgulhosamente produz artesanato utilitário em cerâmica refratária. Sendo este um produto que, muito além da utilidade, representa para as comunidades um elemento fundamental de sua identidade. Pois essa atividade produtiva se confunde com a história do território, por meio dos saberes e fazeres presentes nessa importante atividade. Segundo a artesã Catarina Macedo Nascimento, líder de grupo de ceramistas, as técnicas de produção feitas manualmente, carregam todo um conjunto de conhecimentos a cerca de cuidados com o meio ambiente. Essas atividades e suas técnicas foram aprendidas com os indígenas que viviam na região durante a chegada dos primeiros moradores do lugar. “Por conta dos cuidados com o território nossa cerâmica já foi premiada por três vezes”, reforça a artesã com satisfação. A iniciativa foi reconhecida em 2013 pelo governo do Estado do Pará com o prêmio “Cobra Criada”, na categoria Designer. Foi o segundo colocado em 2014, no prêmio SEBRAE TOP 100, seleção que previa

as 100 melhores iniciativas de artesanato em todo o Brasil. Foi ainda vencedor do “Prêmio de Salvaguarda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” (IPHAN), em 2015.

Figura 20 - Produtos da economia Quilombola de África e Laranjituba



Foto: Autor 2016

Turismo comunitário

Por fim a atividade de turismo comunitário é uma das ações que, junto com as demais fontes de renda, reforça a entrada de valores financeiros para as famílias, de forma a dar melhores condições de vida. Essa geração de renda pode ser direta ou indireta: direta para aquelas que recebem e prestam serviços ao turista, indireta para aquelas famílias que, de alguma forma, comercializam produtos ou prestam serviços ao projeto Filhos do Quilombo, que coordena as atividades nessa área. Essa modalidade de turismo, além de gerar renda, contribui para a conservação dos recursos naturais e colabora para a promoção da organização. O turismo também contribui com a geração de conhecimento sobre a criação de pequenos animais usados como fonte de alimentação, para o desenvolvimento social, assim como possibilita o monitoramento das áreas de preservação permanente.

O Público alvo dessa atividade é formado principalmente por estudantes, pesquisadores e pessoas interessadas em identidade, cultura e meio Ambiente. Já as atividades propostas consistem em caminhadas e palestras sobre meio ambiente ao longo das trilhas, oficinas, banho de igarapés, apresentações e uma culinária rica em elementos naturais da própria comunidade.

Figura 21 - Turismo Comunitário



Fonte: Filhos do Quilombo

Projetos Sociais

Na Comunidade África está localizada a sede do Projeto Filhos de Quilombo. Criado em março de 2001, o projeto sociocultural atua no desenvolvimento sociocultural das comunidades quilombolas. As ações acontecem nas áreas de música, dança, artesanato, educação, saúde, meio ambiente, turismo, geração de renda, dentre outras atividades. O projeto é mantido pela própria comunidade e conta com apoio esporádico de parceiros.

Ao longo de quase 17 anos de existência, o projeto vem buscando apoio, cujo foco é a melhoria das condições de vida das famílias. Por isso as parcerias com o SEBRAE, e outras organizações, visam melhorias das ações na comunidade. A produção de artesanato em

artefatos de madeira, vassoura de açaí, talas e outras espécies de fibras naturais, frutos desse trabalho, como dito anteriormente, são atualmente importante elemento de referencia em sustentabilidade e identidade local. Pois as famílias produzem artesanato com maior consciência de seu papel no uso dos insumos necessários.

O Filhos do Quilombo tem uma coordenação composta por três pessoas escolhidas e aclamadas pelos comunitários, cuja responsabilidade é dar suporte às atividades desenvolvidas nas comunidades. Nesse caso cabem ao projeto à elaboração e celebração de parcerias com instituições públicas e privadas, para a realização de cursos, palestras e outras modalidades de formação e informação, que venham somar ao conhecimento de cada integrante, afim de, valorizar seus conhecimentos e assim garantir a preservação e conservação do meio ambiente.

A participação das famílias se dá de forma direta e indireta. A participação direta se dá por meio de atividades nas áreas de artesanato, música, dança, roda de conversa, projetos de açaí, formação em diversas áreas voltadas ao meio ambiente, criação de animais de pequeno porte, atividade de acompanhamento de turistas e visitantes, grupos de trabalho dentre outras formas de participação. A participação indireta ocorre através da comercialização de produtos e serviços, apoios com informações relevantes à vida dos comunitários, aquisição e produtos e serviços do projeto e etc.

Os valores financeiros oriundos das atividades são usados de forma igualitária. Primeiro se tira 5% do valor total para o custeio das contas do projeto (água, energia, e etc.), depois se paga as despesas oriundas da atividade geradora do referido valor. O restante é dividido em partes iguais com as equipes que efetivaram a respectiva atividade. Pode-se dizer que o filhos do quilombo nos últimos 17 anos, tem desenvolvido relevante papel de conscientização comunitária no trato com o meio ambiente. Todos os processos desenvolvidos pelo projeto contribuíram para que as famílias pudessem resenificar a importância cada espaço, das espécies, das águas, assim como todas as praticas referente à gestão territorial dessas comunidades.

Atualmente é notável um entendimento comunitário no que se refere aos cuidados com a natureza, isso significa que as ações do filhos do quilombo somadas ao conhecimento das famílias, e seus ideais de meio ambiente, tem avançado em seus processos junto comunidade.

Figura 22 - Atividades Artesanais Filhos do Quilombo



Produção de Cerâmica Refratária



Decoração da FAM - Artesanal da Feira do Artesanato Mundial 2014 – SEPPIR

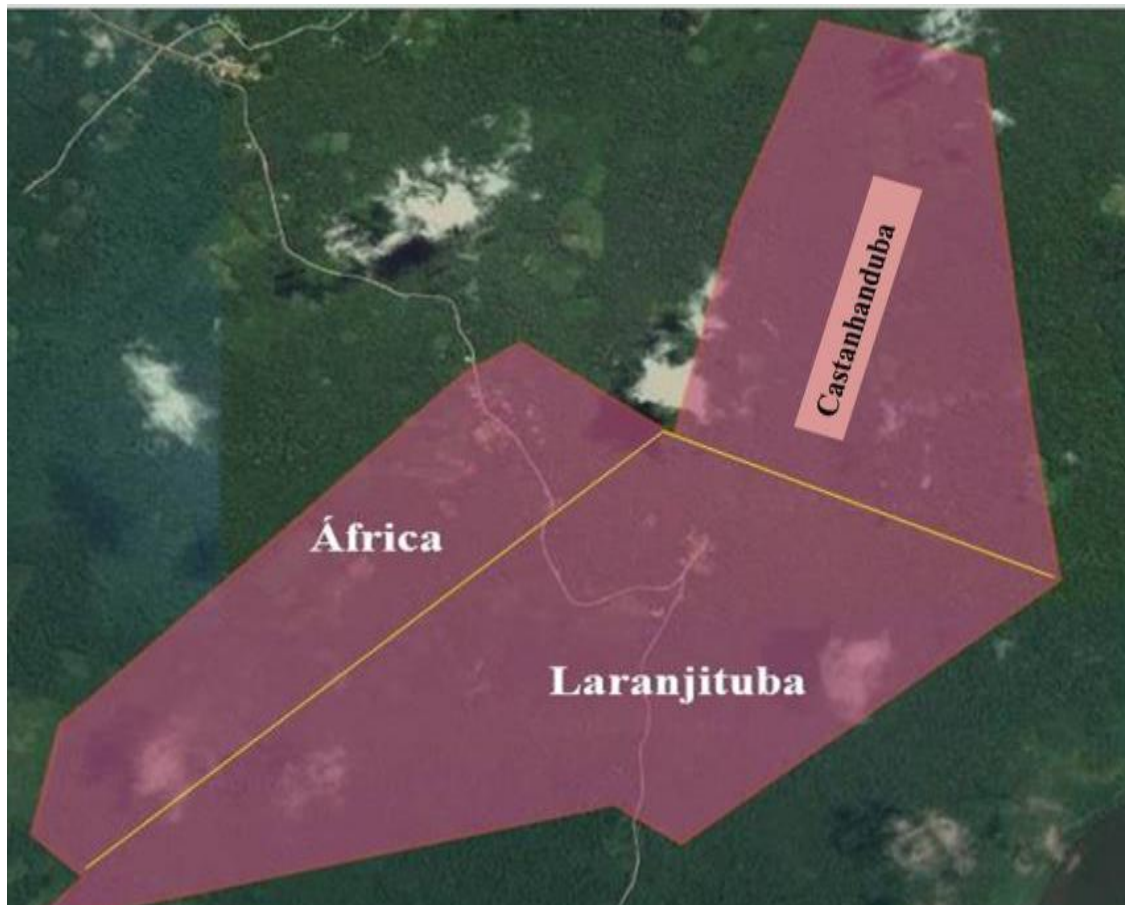


Fonte: Filhos do Quilombo

Organização do território e uso comum dos recursos

Todos esses aspectos são reunidos em comum acordo entre as famílias e contemplam suas necessidades, permitindo a atual organização do território que está subdividido em três grandes áreas. A primeira compreende a comunidade África, a segunda compreende a comunidade Laranjituba e por fim a última área abrange a porção de Castanhanduba, que fica do outro lado do igarapé Caeté, que banha o território.

Figura 23 - Divisão comunitária do território África e Laranjituba, castanhanduba



Fonte: Autor 2016

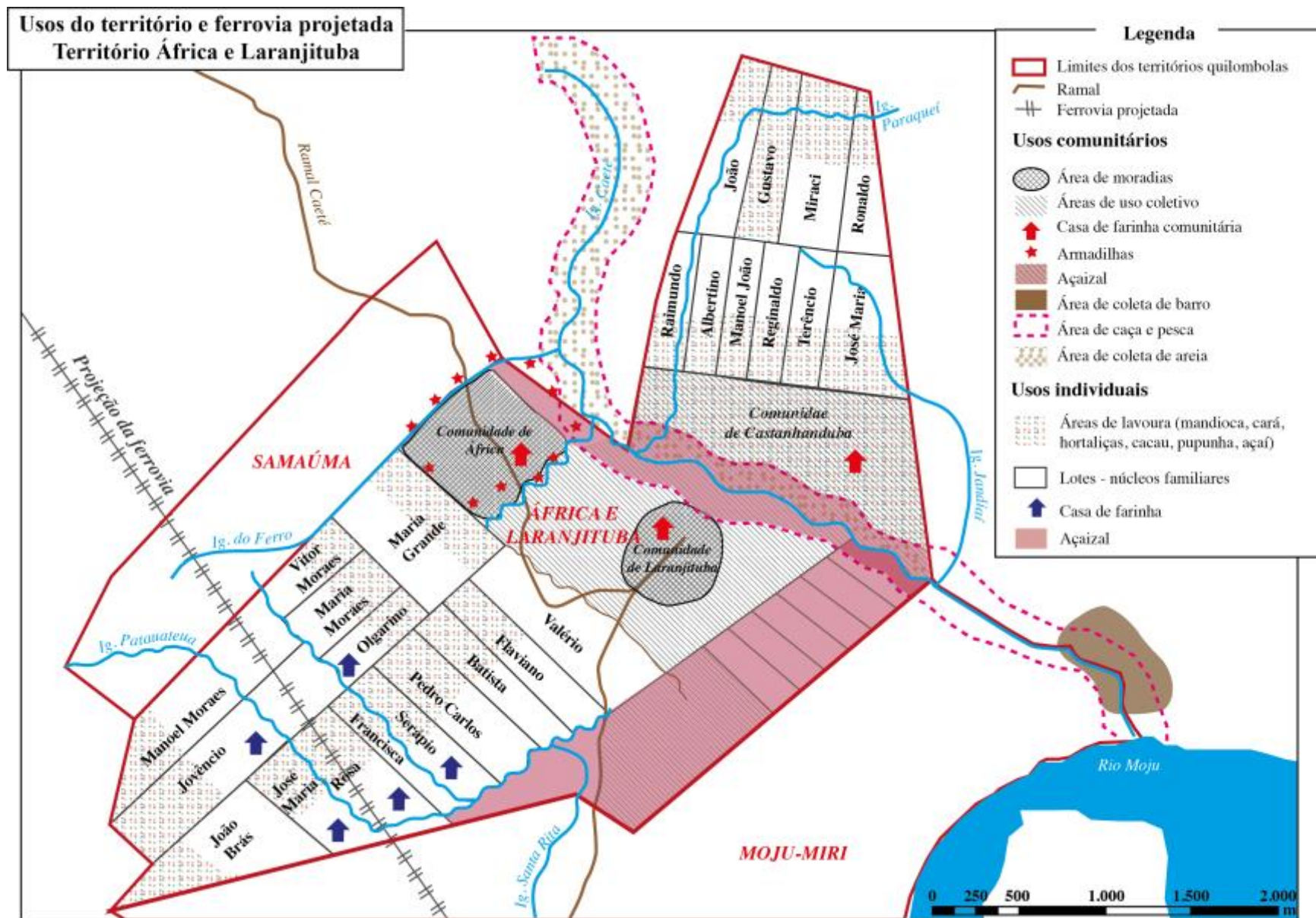
África e Laranjituba constituem os núcleos residenciais e ocupam os chamados centros comunitários. A porção territorial de Castanhanduba, apesar de também dispor de centro comunitário atualmente não dispõe de residências, pois na atualidade a área é usada apenas como espaço produtivo das famílias e para o extrativismo, caça e pesca.

Cada um desses espaços é subdividido em centros comunitários, lotes familiares, áreas de preservação e extrativismo. Os centros comunitários abrigam as residências, além

dos equipamentos públicos como: escolas, barracões comunitários, abastecimento d'água, igrejas, espaços de criação de pequenos animais. Os lotes familiares são utilizados de forma "privativa" pelas famílias. A primeira metade desses lotes é usada para a produção de mandioca, açaí, verduras, legumes, ervas medicinais, milho, feijão, arroz, além de abrigar as casas de farinha de uso dos núcleos familiares responsáveis por essa porção territorial. Já a segunda metade constitui as áreas de preservação que é tradicionalmente protegida, respeitando aos costumes, a religião, as crenças, dentre outras questões intrínsecas á vida da comunidade.

As áreas de extrativismo abrangem principalmente os espaços de igapó, esses espaços são ideais para o manejo do açaí nativo, por exemplo, cujo fruto se desenvolve perfeitamente nessas áreas, devido à adaptação das espécies às mudanças hídricas regionais, que variam em períodos de alagamentos e secas, devido ao verão e do chamado inverno amazônico, período em que as águas variam em seu nível, subindo até três metros entre as palmeiras, geralmente entre dezembro em maio e as secas entre junho e novembro.

Figura 24 – Organização comunitária e usos do solo no território África e Laranjituba



Essas formas de uso se dão em função de saberes, regras e normas previamente estabelecidas (não utilização de timbó, proibição de caça e pesca em determinado lugares e épocas do ano, proibição de armadilhas durante o verão, entrada em áreas de produção famílias sem anuência da família, dentre outras), seja de forma tácita ou expressa. Isso significa dizer que todo conhecimento que permite a harmonia comunitária na forma de divisão, tamanho de lotes, áreas comunitárias, extrativismo, reservas, dentre outras questões, só são possíveis graças à reciprocidade que rege as relações.

Segundo Sabourin (2011), esses sistemas correspondem a uma estrutura de reciprocidade ternária específica, o compartilhamento, que gera valores de confiança e de responsabilidade. Chabal (2005), nota que “não é tanto o objeto do compartilhamento que importa, mas os atos entre os sujeitos atores desse mecanismo”. Portanto, nesse contexto é preciso considerar que os relatos orais assumem real importância na forma de fazer educação ambiental, uma vez que os valores, as definições, as regras, por exemplo, são objetos comuns que permeiam a reciprocidade imbuída no uso comum do território.

As diversas formas de uso dos bens disponíveis no território ao longo dos tempos foram sendo ajustadas pelas gerações. Essas reorganizações nas formas de uso, atualmente tem permitido o desenvolvimento de ações significativas à vida das famílias dessas comunidades. Uma dessas reformulações nas formas de uso pode ser notada por meio da criação do projeto filhos do quilombo, que é resultado das necessidades de mudanças ou adequações em procedimentos que anteriormente causavam maiores agressões ao meio ambiente em relação aos dias atuais.

Do ponto de vista da produção de alimentos, pode-se dizer que a Gestão Territorial Tradicional tem sido responsável, por exemplo, pela disponibilidade de espaços em condições ideais ao manejo do açaí, produto que assegura além de alimentos, formas de geração de renda, que vai do manejo dos exemplares cultivados pela comunidade, a comercialização in natura, beneficiamentos dos frutos, perpassando pelo uso dos resíduos dessa atividade no campo da produção de artesanatos, adubos, produção de novas mudas, dentre outras coisas.

Figura 25 - Açaí produzido no Território



Fonte: Rosilene Miliotti

A produção de farinha é uma atividade de importância inquestionável na vida das comunidades. Primeiro por ser juntamente com o açaí a principal fonte de alimento, segundo por proporcionar renda por meio de suas várias formas de ocupação produtiva. Por si só essa atividade assegura de forma significativa os elementos que junto com a produção do açaí, contribuem para a preservação do meio ambiente, que por sua vez constitui importante atividade ligada as práticas de gestão territorial tradicional.

De certa forma essa configuração organizacional confunde-se com a história da comunidade, uma vez que seu desenho foi aos poucos se constituindo, acompanhando os processos organizacionais familiares, sempre com o intuito de assegurarem a cada dia melhor ocupação espacial do território e assim atender aos indivíduos em suas necessidades, com menor agressão possível ao meio ambiente. Atualmente é possível perceber o entendimento, o compromisso, a interação entre os membros da comunidade, desde o extrativismo até o uso das águas, das roças e etc.

Figura 26 - Família produzindo farinha de mandioca em Laranjituba



Fonte: Rosilene Miliotti

A atividade artesanal é também uma das práticas territoriais de grande relevância no contexto da gestão, pois é no artesanato que a comunidade assegura à coleta de matérias-primas necessárias a produção de peças únicas. Essa atividade assume de forma exemplar o quesito educação ambiental por meio da experiência no campo da prática.

Figura 27 - Produção de Artesanato no território



Fonte: Filhos do Quilombo

O artesanato assim como todos os saberes e fazeres locais evidenciam os relatos orais como uma das principais fontes de transmissão de conhecimentos, pois ao longo do processo de escolha dos materiais coletados, do beneficiamento e a produção, que de forma tradicional se socializa toda a herança ancestral acerca da natureza e sua importância à comunidade. Essa atividade também carrega um conjunto de informações fundamentais, que corroboram para as boas práticas de uso comum dos bens naturais, da socialização do conhecimento de técnicas, assim como dos locais ideais para a coleta de materiais necessários a produção de cada tipo de artesanato.

Pertencimento

Falar de pertencimento para os comunitários é falar da compreensão que, mesmo sendo indivíduos únicos e singulares, são também ser parte integrante do grupo maior, que compõe o território. É ter compromisso com o todo, é somar para os objetivos comuns. Sobre esse entendimento José Roberto Marques (2017), afirma que:

Pertencer a um grupo é permitir verdadeiramente ser tocado e tocar as outras pessoas. É uma evolução mútua, em conjunto, com o intuito de criar grupos cada vez mais sinérgicos e extraordinários.

Ainda segundo José Roberto, a vida é feita de relações, por isso é muito importante que o indivíduo consiga se relacionar com maestria com outros indivíduos. No caso em questão as famílias desenvolvem relações múltiplas, constituindo aproximação cada vez mais estreita, com elas mesmas e com as outras pessoas. Assim é possível notar que nessas comunidades o pertencimento é permeado de sentimentos de aproximação, que produzem a “edificação” das pessoas e assegura resultados comuns entre elas.

Portanto o pertencimento é um elemento de vital importância no processo de gestão territorial, uma vez que sem esse sentimento das pessoas em relação aos processos desenvolvidos no território, não seria possível obter o mesmo efeito, o mesmo valor e importância em cada atividade. Conseqüentemente os resultados não seriam os mesmos sem o sentido do pertencimento e da efetiva participação.

Evolução histórica das formas de gestão territorial

Recuperação das práticas produtivas tradicionais: o caso da cerâmica

A fabricação de artesanato em barro representa um bom exemplo de transmissão de conhecimentos salvaguardado entre os comunitários. Atividade que se expressa principalmente na produção da cerâmica refratária produzida na comunidade África, sobre a coordenação do projeto Filhos do Quilombo. As técnicas de produção resgatadas pelos moradores garantem atualmente o perdido há mais de 50 anos e reinserido na cultura comunitária. O objetivo desse trabalho no início foi à recuperação e organização de conhecimentos a cerca das antigas formas de produção ancestral de cerâmica, que existia na região de forma sólida até o século 19. África e Laranjituba perceberam que a transmissão desses saberes tradicionais para as novas gerações poderia ser um importante instrumento de fortalecimento de laços afetivos comunitários. Além disso, os resultados (panelas, pratos, xícaras) dessa atividade poderiam futuramente vir a serem os utensílios das casas e ainda promover geração de renda para as famílias, com a venda do excedente fabricado.

Segundo os comunitários, a recuperação das práticas produtivas tradicionais de cerâmica, promoveram diversos resultados positivos. Pode-se destacar a:

- Geração de renda para famílias das comunidades quilombolas África e Laranjituba;
- Valorização de saberes tradicionais ancestrais;
- Mobilização e organização comunitária;
- Transmissão de conhecimentos ancestrais para a nova geração;
- A técnica de produção de cerâmica refratária sendo dominada pela população jovem das comunidades e;
- Principalmente cuidados com a natureza, uma vez que essa produção passou por transformações que exigiram dentre tantos posicionamentos a socialização dos conhecimentos e técnicas de produção tradicionais, aprovadas a partir da experimentação e certificadas pela ação do tempo.

Segundo a artesã Catarina Macedo Nascimento, de 57 anos, na chegada das primeiras famílias ao território, época em que não se usava utensílios de alumínio ou inox a forma encontrada como solução das necessidades domésticas, foi à utilização de refratários em cerâmica. Quem detinha a técnica eram os índios Caetés, uma pequena tribo que

habitava a região, com os quais os ancestrais dos comunitários tiveram contato, aprendendo essa importante forma produtiva que foi de importância significativa para a comunidade.

A técnica de fabricação perdurou desde o início do século 18 (1717) até os anos de 1950, e foi resgatada por volta do ano de 2000. Na época, consistia-se em coletar o barro (argila), retirar impurezas, deixar em descanso para redução da umidade. Em seguida retirar as cascas de uma árvore de nome carepé ou caraipé⁴. Dessa árvore se extraía a casca, que levada ao fogo se extraíam as cinzas que eram moídas em pilão, coadas e adicionadas ao barro, na quantidade de duas medidas de barro para uma medida de cinza. Essa misturada tinha três principais funções: a primeira era melhorar a resistência das peças a altas temperaturas, a segunda era fazer o processo de impermeabilização, evitando infiltrações ou vazamentos, por fim as cinzas davam às peças uma coloração escurecida, tornando o material mais apresentável.

As peças tinham produção 100% manual, onde todo o processo de moldagem, fixação das alças e todas as formas de acabamento eram feitos a mão, assegurando o conhecimento guardado pelos mais velhos há muitos anos. Ressalta-se que organizar esse conhecimento de forma sistematizada requereu empenho coletivo, pois tanto os idosos detentores desse saber, quanto às lideranças se doaram no resgate e organização dos conhecimentos.

Figura 28 - Oficina de resgate da Cerâmica Refratária



Fonte: Filhos do Quilombo 2015

Na prática cada pessoa envolvida no processo detém certo conhecimento a cerca dos processos de extração, preparação da matéria-prima, moldagem e até mesmo do mais refinado acabamento. Afinal, a variedade de modelos produzidos solicita diferentes acabamentos, motivo pelo qual reunir o maior número de contribuições tornou-se necessário para o sucesso na retomada dessa atividade. Nesse caso a contribuição das

⁴ Designação comum a árvores do gênero licânia.

mulheres foi fundamental para a socialização de conhecimentos repassados aos mais jovens, que na atualidade dominam as técnicas em todas as fases, desde a coleta, moldagem até a disponibilização das peças para uso.

Figura 29 - Produção de panelas fruto da organização das técnicas



Fonte: Filhos do Quilombo

Quanto à extração da matéria-prima, os idosos detentores de vasto conhecimento em geodiversidade⁵, foram responsáveis pela indicação dos locais de coleta do barro, assim como os melhores exemplares de carepé, além de repassar as técnicas que somente eles detinham. Esse esforço resultou no entendimento das práticas, na aprendizagem das técnicas que no passado asseguram condições de vida aos seus ancestrais, além de se mostrar como importante forma de uso sustentável do espaço comunitário.

⁵ Geodiversidade é a natureza abiótica (meio físico) constituída por uma variedade de ambientes, fenômenos e processos geológicos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, águas, solos, fósseis e outros depósitos superficiais que propiciam o desenvolvimento da vida na terra, tendo como valores intrínsecos a cultura, o estético, o econômico, o científico, o educativo e o turístico.

Figura 30 - Coleta de barro em Laranjituba



Fonte: Filhos do Quilombo

Experiências para o aperfeiçoamento das práticas de gestão, em busca de maior sustentabilidade.

A incorporação do chamote

As experiências vividas ao longo da história das comunidades são elementos fundamentais de gestão, a exemplo do aperfeiçoamento dos processos de produção de cerâmica, onde as famílias preocupadas com a derrubada dos exemplares das árvores de carepé fizeram a primeira substituição das cinzas entre 2001 e 2008. Esse período representou intensa busca por uma forma de produção desse artesanato, que sem perder as técnicas ancestrais pudessem evitar o desmatamento causado pela extração dos exemplares da espécie. A ideia inicial foi a incorporação do **chamote**⁶ que promoveu uma diminuição intensa da derrubada de árvores, resultando ainda em melhor e mais rápida secagem e queima das peças, além da diminuição de ocorrência de trincas por retração durante o processo de secagem.

Ocorre que a produção manual de chamote constitui-se em atividade absurdamente desgastante devido á resistência das partículas (cacos de telha de cerâmica descartada nas

⁶Do alemão Schamotte, (barro refractário), que é acrescentado à argila tornando-a mais resistente após queima.

construções), utilizadas no processo produtivo. Nesse caso o artesão utilizava um pilão de madeira e a mão-de-pilão, devendo socar os cacos até que se transforme em uma farinha a ser coada.

Figura 31 - Mistura do Chamote com o barro



Fonte: Filhos do Quilombo

É importante lembrar que assim como o processo de trituração dos cacos de telha até chegar ao chama-te ideal para a mistura ao barro foi um processo muito dispendioso, pois o ato de misturar os dois produtos também se demonstrou trabalhoso demais. Além disso, a fase de mistura provocava pequenas e frequentes lesões nas mãos dos artesãos, que começaram a apresentar dificuldades em dar sequência ao trabalho. Isso ocorria devido às partículas do chamote se transformarem em verdadeiras lâminas que num simples toque lesionavam as mãos das pessoas durante o manuseio. Essa situação obrigou aos artesãos a buscarem novas formas de produção, recorrendo mais uma vez ao conhecimento de idosos. O fato é que a reunião de conhecimentos de técnicas até então guardadas com os idosos demonstraram-se perfeitamente adequados para ao momento em que passava a comunidade. O trabalho se deu na coleta e organização desses conhecimentos, que passaram por rigorosos testes de qualidade que ao final foram aprovados pela comunidade.

A antiga técnica consiste na extração de barro e de areia de igarapé, produtos abundantes na região. A areia nesse processo apresentou significativas vantagens, uma vez que a única necessidade é a retirada e secagem. Após isso já está pronta para a mistura que além de menor trabalho, causa menos danos ao artesão nos processos de tratamento dos materiais.

Figura 32 - Espaço de extração de areia



Fonte: Filhos do Quilombo

Para melhorar a qualidade do produto acabado, essa técnica exigiu a substituição do modelo de forno usado para a queima. Nas versões anteriores de produção, a queima era feita em fogueira.

Figura 33 - Queima de panelas em fogueira



Fonte: Internet

Usava-se também o chamado forno boca aberta, como mostra a imagem abaixo.

Figura 34 - Forno Boca Aberta



Foto: Josiel Martins

Essa antiga técnica exigia uma quantidade de lenha significativa, além de maior esforço dos artesãos na coleta desses materiais. Além desses extensivos trabalhos a maior queima de lenha, além de emitir fumaça e suas consequências ao meio ambiente, exigia maior exploração da floresta para a aquisição de maior quantidade de madeira usada durante a queima, assim como a compra de telhas usadas na cobertura do forno.

A readequação técnica á partir do conhecimento dos idosos levou os comunitários a buscarem uma nova forma de queima, tendo por fim, introduzido em seu processo o forno de cúpula, equipamento construído pela comunidade com o apoio de um técnico externo, prestador de serviço ao Sebrae, com vasto conhecimento em cerâmica tradicional, tendo sido orientado pela comunidade a cerca da importância de se manter os processo habituais de produção, mesmo com a introdução de novas formas e procedimentos.

Esse forno, além de reduzir o consumo de lenha, automaticamente reduziu o trabalho excessivo de busca por novos espaços de coleta de lenha, e ainda elevou a temperatura durante a queima, dando maior resistência ás peças. O forno de cúpula funciona de forma compartimentada. Uma das cúpulas recebe as peças a serem queimadas, enquanto a outra serve de fornalha. Assim as peças queimam com melhor qualidade, uma vez que é possível fazer o controle das chamas e da pressão interna do equipamento. O forno tem sistema de suspiro onde se controla o nível de temperatura de acordo com a fase de queima. Em geral esse procedimento se inicia com uma temperatura baixíssima e vai sendo aumentada até atingir uma média de 900 á 1400 graus célsius.

Atualmente essa forma de produção significa o aperfeiçoamento produtivo, uma vez que os premiados resultados são reconhecidos tanto pela comunidade, usuário dos produtos que pelo governo federal, como tecnologia social sustentável.

Figura 35 - Forno de Cúpula



Foto: Délio Saraiva

Igualmente à evolução ocorrida nos processos descritos acima, tantos outros avanços das formas de uso contribuíram e continuam a contribuir para o aperfeiçoamento das práticas de gestão em África e Laranjituba.

Alteração dos limites, prazos de uso e qualidade do solo no plantio de gêneros agrícolas

No que se refere ao uso das áreas agricultáveis, os avanços se referem principalmente na preocupação com os limites, prazos de uso e com a qualidade do solo onde se plantam os gêneros agrícolas. No passado, era comum se abrir novas áreas de floresta a cada ano para novas roças, o que acarretava maior destruição da mata, assim como de múltiplas espécies presentes nesses locais. Atualmente uma área é usada por até três anos consecutivos. Após esse período, essa área só pode ser usada depois de dez anos, quando o local já se recuperou, melhorou as terras dando condições de produtividade ideal ao atendimento das necessidades familiares. O tamanho das áreas também foi redimensionado, evitando a abertura de áreas demasiadamente grandes e a não utilização total, acarretando danos desnecessários ao meio ambiente.

Quanto às formas de plantio, a evolução se deu em todos os aspectos da produção. No que se refere à plantação de mandioca, as técnicas passaram por evoluções em relação às formas de cultivo do passado. Antes não haviam preocupações com as manivas plantadas, assim a produção geralmente era limitada, em função da falta de exemplares e sementes fortes. Outra evolução se deu na forma de enterramento das manivas que anteriormente era feito se preocupação com o espaçamento. Na atualidade, as manivas são selecionadas previamente, começando pelas espécies, aparência, e qualidade produtiva de cada uma. O armazenamento das manivas após a coleta da mandioca também contribui para esse processo. Antes, as manivas eram jogadas de qualquer forma nos roçados e mesmo sem devido cuidado, posteriormente eram usadas como sementes nos próximos espaços a serem cultivados. Hoje o armazenamento das manivas se constitui em técnica que assegura a qualidade do plantio das próximas roças, por meio de simples armazenamento em feixes que fixam as manivas ao chão, permitindo a germinação e conservação e preservação da qualidade, assim como a garantia de boa produtividade.

Importante evolução ocorreu também na prática produtiva da farinha e de outros produtos derivados da mandioca. Especificamente falando da produção de farinha, pode-se dizer que os ajustes produtivos foram positivos ao meio ambiente, principalmente no que

tange ao uso das águas. No passado, a prática de produção de farinha consistia na retirada de mandioca dos roçados que se colocava de molho nos igarapés para amolecer. Em seguida, se tirava se tirava mandioca para ralar e misturar com a mandioca mole (a que ficou de molho por oito dias), que após secagem em tipiti era torrada em forno de cerâmica. Posteriormente as comunidades fizeram a substituição por forno de cobre, devido ao uso do forno cerâmico soltar partículas que se misturavam a farinha causando problemas. Em uma nova reorganização produtiva, a evolução se deu de forma mais ampla, contemplando o uso de prensas para secagem de mandioca como tecnologia auxiliar ao tipiti, que não foi substituído. A prensa acelera o processo produtivo e dá segurança ao produtor e relação ao tipiti, cuja quantidade de secagem é muito limitada nos casos de produção de grande quantidade de farinha. Essa evolução também apresenta maior segurança em relação ao tipiti, que com frequência danifica. Afinal esse equipamento é feito de fibra vegetal e sofre forte pressão, por isso após tempo de uso se rompe, causando problemas na produção.

Mudanças no trato com os açazais

Outro avanço das práticas se refere ao extrativismo do açáí. Essa prática passou por grandes transformações ao longo dos últimos 100 anos. Primeiramente em se tratando de conscientização coletiva as comunidades passaram por verdadeiras mudanças no trato com os açazais. Antigamente, grupos de homens entravam nos açazais nativos e derrubavam todas as touceiras para a extração de palmito. As copas dos açazeiros eram classificadas em primeira, segunda e fifiti. Assim nenhuma palmeira ficava em pé, uma vez que a regra que virou jargão comum entre todos (“É pra acabar”) se massificou na região.

Nos anos 70, as transformações nesse campo são iniciadas, devendo-se principalmente a fatores como a percepção da diminuição de espécies como o acapu, o angelim, dentre outras espécies, importantes na construção de casa. Foi nessa década, que pensando na importante forma de uso deixada pelos primeiros moradores, passou-se a dar mais importância e maior sentido prático nessas formas de uso e de gestão. É ainda nos anos 70, que o verde, as caças, a pesca e a riqueza ambiental deixada pelos ancestrais dos comunitários, passam a ter novos significados. Assim o respeito ao conjunto de formas de uso dos bens, a natureza, o entendimento entre as pessoas, dentre outras questões relacionadas aos cuidados com o meio ambiente, passam a ser desenvolvida pela

coletividade e não apenas pelos núcleos familiares e individuais como se fazia anteriormente.

Extração de cipó e madeiras para o artesanato

As atividades referentes ao artesanato também passaram por verdadeiros aperfeiçoamentos ao longo dos últimos cem anos de acordo, com as comunidades. No passado, práticas como a extração de cipó titica, cipó timbuaçú, arrumã, assim como madeiras usadas pelos artesãos, sofreram alterações significativas. Até por volta da década de 1960 era comum a derrubada de árvores para a extração do cipó, porém essa forma de coleta desse material usado na produção de paneiros, aturás, patronas, cestos, vassouras, cassuá, e outros artesanatos, causava o desaparecimento das espécies, devido as raízes se fixarem nas copas das árvores e, com a derrubada, se perdia a matriz de produção dos cipós. Atualmente a forma de extração é feita por meio de seleção das unidades maduras. Para tal prática, o artesão sobe nas árvores e seleciona somente o cipó maduro que lhe serve para o artesanato pensado. Essa mudança deu ao território a garantia de manutenção desse importante produto que contribui fortemente para a identidade comunitária.

Pesca e Caça

O uso das águas ao longo da história também passou por uma série de modificações. Uma delas, que em conjunto com as preocupações com os peixes e outras espécies aquáticas e ainda em função das questões religiosas, constituem maturidade comunitária coletiva nesse aspecto. Nos anos 80, as comunidades definiram a não utilização do produto timbó, espécie usada na modalidade de pescaria artesanal e se constitui na utilização de raízes que são esmagadas e lavadas nos pequenos igarapés. A ação do caldo desprendido dessas raízes mata os peixes por asfixia, que depois são coletados pelos pescadores. Ocorre que essa forma de pesca mata não só os peixes grandes, mas também todos os peixes pequenos, além de outros animais de vida aquática. Nesse caso o processo evolutivo se deu pela substituição do timbó pelo uso do da espécie cunambi, que ao invés de matar os peixes, apenas os deixa bêbados, exigindo do pescador uma agilidade maior, devido ao tempo para captura não passar da média de dois minutos.

No que tange à prática de caçada, houve aperfeiçoamento em muitos aspectos. Dentre as tantas modificações consta a captura apenas das espécies que a família

efetivamente vai usar como alimento. Nesse item, há uma regra coletiva que diz “só capturar a caça que a família vai comer”, pois no passado segundo os comunitários algumas pessoas capturavam determinados animais pelo simples desejo de prender ou matar, muitas vezes se desfazendo do animal em seguida.

Essa mudança possibilitou ao território a presença de paca, tatu, cotia, veado, bicho preguiça, jabuti, onças e uma infinidade de outros animais das águas, do ar e da floresta.

Essas mudanças foram ocasionadas por uma série de questões, sendo as principais o crescimento populacional no território, que na percepção das famílias começou a se tornar um problema, uma vez que a escassez de bens e a limitação de uso de recursos e espaços começaram a surgir de forma muito rápida, diferentemente dos períodos anteriores. Essas e muitas outras situações decorrentes do crescimento populacional principalmente chamaram atenção das famílias, alertando-as e despertando maior preocupação com os espaços necessário para a manutenção das condições de vida, assim como a disponibilidade de bens para as futuras gerações.

CAPÍTULO 4 - DESCRIÇÃO DOS ELEMENTOS QUE EMBASAM AS PRÁTICAS DE GESTÃO

Ao longo de sua história, as comunidades África e Laranjituba sempre tiveram muito cuidado com aspecto organizacional de seu território, procurando na medida do possível, manter ou aperfeiçoar suas práticas, costumes, técnicas, crenças, saberes e fazeres presentes. As formas de uso dos espaços e bens (comum, individual e familiar), tradicionalmente, foram desenvolvidas á partir de elementos repletos de saberes, experiências e costumes, sempre potencializados com todo o arcabouço da oralidade. Essa vertente ligada aos relatos orais é sem dúvida indispensável para a vida das famílias, uma vez que todo conhecimento presente assegura as condições de permanência das famílias no local, com qualidade de vida, garantindo o atendimento de suas principais necessidades.

As diferentes práticas e formas de uso territorial têm assegurado sua permanência por meio da transmissão, que se dá dentre outras coisas, principalmente por meio da vivência, dos relatos, de práticas e são embasadas principalmente em conhecimentos que com o passar do tempo constituíram um universo que caracteriza a Gestão Territorial, hoje

considerada tradição⁷ entre as famílias, que há cerca de 300 anos vem possibilitando dentre tantas outras questões, a conservação do lugar.

Conceituar o tema gestão, certamente não é uma tarefa fácil até mesmo para profissionais da área, principalmente quando essa enfoca questões tradicionais. Diante disso, assumir algumas constatações para melhor compreensão desse assunto, sobretudo em tempos atuais, onde o tema gestão tem ganhado expressiva notoriedade, exige o máximo cuidado.

O termo Gestão vem do latim *gestione* e refere-se à ação e ao efeito de gerir ou de administrar. Gerir consiste em realizar diligências que conduzem à realização de um negócio ou de um desejo qualquer. Segundo o novo dicionário Aurélio, gestão significa: ato de gerir; gerência, administração. A gestão, como tal, abarca todo um conjunto de processos que visam resolver um ou mais assuntos, buscando concretizar projetos empresariais, de entidade social ou de pessoas. Entende-se ainda a gestão como um ramo das ciências humanas, porque trata com grupo de pessoas, buscando conservar a sinergia entre elas, as organizações e os recursos existentes.

Segundo Ansoff apud Carmo (2003, p.24):

Pensar em gestão é referir-se ao processo ativo de determinação e orientação do caminho a ser seguido por uma organização para a realização de seus objetivos, compreendendo um conjunto de análises, decisões, comunicação, liderança, motivação, avaliação, controle, entre outras atividades próprias da administração.

Para os comunitários de África e Laranjituba, “gestão consiste no ‘alinhamento’ de processos que envolvem a realidade social, considerando os aspectos ambientais, biológicos, culturais, socioeconômico, político e ético, nos quais as experiências e os costumes ancestrais assegurem a concretização de ideais sociais ou individuais”. Essa definição reflete o sentimento das comunidades e resulta de diálogos com as famílias e líderes durante as pesquisas de campo para levantamento de informações e organizadas pelo autor, com posterior apresentação e validação junto às comunidades. Assim, na visão de África e

⁷ Tradição - latim *tradio*, *tradere* = "entregar", "passar adiante". É a continuidade ou permanência de uma doutrina, visão de mundo, costumes e valores de um grupo social ou escola de pensamento. Ao nível da etnografia, a tradição revela um conjunto de costumes, comportamentos, memórias, rumores, crenças, lendas, música, práticas, doutrinas e leis que são transmitidos para pessoas de uma comunidade, sendo que os elementos passam a fazer parte da cultura.

Laranjituba a Gestão Territorial Tradicional enfoca as tradições dessas comunidades em todos os processos que envolvem o uso territorial, seja nos espaços de uso comum ou no espaço privativo das famílias.

A estruturação dessa forma de fazer gestão resulta da construção de entendimentos seculares, compartilhados entre os comunitários, cujo foco principal é o usufruto dos bens, a garantia da soberania alimentar, da identidade cultural, da religião. Essa disposição cria um ambiente propício à transmissão de saberes que contribuem para o sucesso das práticas desenvolvidas pela comunidade, sem perder de foco o conjunto de saberes, fazeres e fenômenos presentes. Paulatinamente as práticas usadas no território passam por um processo de transformação, que influenciam o cotidiano das famílias, possibilitando ainda um sentimento de coletividade, uma vez há uma efetiva participação nas decisões e na condução de tais decisões.

Apresentaremos a seguir alguns dos principais elementos, culturais e religiosos, que embasam as formas de gestão do território e, portanto, orientam suas práticas.

Transmissão dos conhecimentos por meio de relatos orais

Ressalta-se que ao longo da pesquisa em grande maioria, as questões abordadas foram expostas pelos comunitários por meio da oralidade, seu ponto forte de conhecimento, demonstrando ser esse conhecimento fundamental no trato ecológico para as duas comunidades. Menciono ainda a satisfação em registrar relatos que me conduziram a um olhar ambientalmente diferente de tudo que me foi mostrado e ensinado ao longo da vida acadêmica, é o caso do relato que será apresentado a seguir.

Segundo a comunidade África, uma família de agricultores, composta por quatro pessoas, morava em uma casinha arrodada de árvores e belas flores. Seu Luiz, o chefe da família, casado com dona Sebastiana, pais de Benedito, conhecido por Bené e Maria, a filha caçula do casal. Em seu quintal, criavam galinhas e outros pequenos animais, com o intuito de ajudar no sustento da família.

Como na maioria das comunidades daquela região, a família de seu Luiz também criava um cachorro, com três objetivos: primeiro para lhes fazer companhia, segundo para protegê-los de ataques de animais e principalmente afastar os espíritos “ruins”, pois segundo o saber popular o cachorro enxerga coisas que os seres humanos não veem, além

de seu latido alertar os familiares da presença de algo e, em terceiro lugar, caçar na lida do dia-a-dia, inclusive ajudando na captura de caça para alimentar a família.

Todos os dias bem cedinho, logo após o café com bejú de massa de mandioca regados a uma boa conversa sobre natureza, ancestralidade, divindades, lendas, amor, união, comunidade, guardiões do mato e etc., a família ganhava o caminho da roça, sempre muito atenta aos ensinamentos dos pais.

Como de costume, que inclusive não poderia ser diferente, a mãe caminhava sempre à frente, em seguida o casal de filhos e por fim o pai. Pois segundo a tradição, nessa disposição em fileira, cabia ao pai o olhar cuidadoso para que sua família respeitasse a natureza, evitando agressões como: matar animais sem motivos, quebrar os galhos das árvores, colher frutos verdes, jogar pau em árvores frutíferas e etc.

Segundo a cultura familiar de seu Luiz, os seres guardiões das matas, conhecidos como espíritos protetores da natureza como: a mãe do mato, curupira, anhangá, dentre outros seres, observam a ação do homem na floresta, castigando-os em caso de malícia com a natureza. Pois os mesmos permitiam apenas a extração de alimentos para a subsistência familiar, plantas necessárias para os cuidados à saúde, assim como outros produtos de grande necessidade familiar ofertados pela natureza. Sendo assim, cabia a seu Luiz manter-se atento à ação da família, garantindo boas relações com a natureza.

Havia também uma preocupação comum entre os moradores do lugar, respeitada pela família de seu Luiz, que toda vez ao “pegar” o caminho da roça ou da mata, todos tivessem com as mãos ocupadas, porque segundo a lenda, mãos vazias permitiam que os espíritos protetores da natureza, dependendo do comportamento do sujeito, pudessem mundiar, durante o mês de agosto, não poderiam ser coletadas substâncias usadas como medicamento, por ser remosa. Nesse período a árvore abriga um colorido tapurú (lagarta), que ao longo de todo o mês de agosto protege a sucubeira,⁸ Lainetti e Britto (1979).

Os relatos dos pais sempre ricos de detalhes, despertaram em Maria tamanha ansiedade pela chegada do mês de agosto, para matar a cúria e poder observar de perto seus ensinamentos, transformando-os em uma realidade imaginária rica em cores, formas,

⁸ Árvore de pequeno a médio porte, da família das Apocynaceae, também conhecida como sucua, janajuba, sucuba da Amazônia – Indicações populares: câncer, fratura, gastrite, herpes, impigem, úlcera gástrica, verruga, anticoncepcional e etc.

quantidades e cheiro do tapuru, frutos das narrativas apresentadas no dia-a-dia do caminho da roça.

Finalmente com a chegada do mês de agosto, mês em que o pé de sucuba inicia uma verdadeira transformação, Maria poderá realizar seu sonho. Já que nesse período a árvore substitui suas folhas por lindas flores brancas, que logo depois produzem sementes e com a ajuda dos animais, se tornam em novos pés da espécie nos meses seguintes. Na mesma temporada a árvore também se transforma em uma grande comunidade de lindos e coloridos tapurus, cujos Maria aguardava tanto para conhecê-los.

Um belo dia como de costume, seguia a família no caminho sobre os cuidados de seus pais, trocando conhecimentos, onde Maria mantinha-se o tempo toda calada, ansiosa para chegar ao pé de sucuba. Ela mal aguentava a tanta vontade de poder chegar logo ao lugar. Próximo ao pé de sucuba, Maria faceira como toda adolescente e atenta a qualquer descuido dos pais, aguarda o melhor momento para se aproximar da árvore e finalmente conhecer os tapurus. Com um terçado (facão) em mão, em breve descuido do pai, Maria imediatamente se aproxima da árvore e se encanta com a riqueza de cores, formas, quantidade, sons e cheiro, correspondendo às narrativas de seus pais, nada deixando a desejar frente aos ensinamentos do casal. Maria sorrateiramente tenta pegar um dos tapurus com auxílio do terçado, pois se ela o pegasse direto com as mãos se queimaria, segundo a narrativa de seu Luiz. Nessa tentativa de capturar o tapuru, frente às dificuldades Maria por maldade fura a costa de um dos bichos com a ponta do terçado.

Assustada, ao notar que ninguém percebeu o ocorrido, a jovem larga imediatamente o bicho e segue com seus pais, porém lembrando-se dos ensinamentos e com a certeza de ter cometido uma agressão à natureza. No fim de semana seguinte aconteceria uma famosa festa na comunidade próxima a casa de Maria. Toda faceira, Maria passa a semana toda se arrumando e cuidando dos pés, dos cabelos e da roupa. Enfim chega a tão esperada festa. Corria a boca pequena que havia na redondeza um jovem desconhecido, muito bonito, que segundo as informações, teria visto Maria e ficado encantado, desejando enormemente conhece-la.

Finalmente chega o sábado e a festa é iniciada, Maria finalmente tem a oportunidade de encontrar o moço, dançar terminando a festa como namorados. Na volta para a casa Maria dá um abraço no moço e sente algo estranho por baixo da camisa. Ao perguntar, Maria tem uma resposta surpreendente. O moço pergunta a Maria se ela recordaria dos

tapurus na árvore e ela diz que sim, o moço diz, pois é você de maldade furou minha costa e eu vim até você para te fazer entender a maldade que me fez. Maria imediatamente cai ao chão sem vida, para tristeza da família enquanto o moço desaparece.

Figura 36 - Bicho da Sucuba



Foto: Bernardo Mariani

Talvez essa exposição não faça sentido algum para muitas pessoas. Porém para África esse relato exerce fundamental importância socioeducacional. Primeiro pela capacidade de provocar reflexão no indivíduo a cerca de seu papel social no que tange a preservação. Depois permite à comunidade uma leitura a cerca da importância da transmissão do conhecimento das ervas medicinais, da relação com sagrado, com o mitológico, criando em cada pessoa uma ligação por meio do respeito a cada um dos elementos presentes nas formas de relação com a floresta.

Esse relato também permite um olhar a cerca das formas de educação a partir da colaboração dos filhos á família, no sentido da divisão das tarefas por meio de relatos simples, porém eficaz para o incentivo aos aprendizados familiares. A exemplo, as mãos que não podem ficar vazias ao longo do caminho das roças. Essa forma de educação, cria nos mais jovens tacitamente um compromisso de ajuda aos pais, no apoio ás atividades, assim como no cuidado com a natureza. Outra situação a destacar é o quesito morte, que nesse caso ocorre com Maria em função de esquecimento ou inobservância momentânea, de se ver como parte integrante da natureza. A morte, nesse relato, é um contragolpe que a natureza dá aos seres humanos que não conseguem se olhar como parte integrante do

processo de múltiplos elementos. Por isso a morte seria um alerta social de que é necessário preservar.

Por outro lado, o simples relato é responsável pela educação que tradicionalmente assegurou a manutenção de diversas espécies vegetais e florestais nas duas comunidades. Especificamente falando do “bicho da sucuba”, a lagarta é a fase larval de uma mariposa conhecida pelos comunitários como Borboleta-coruja ou “bruxa”. A denominação borboleta coruja se dá em função da parte interna das asas, nessa região há um desenho parecido ao rosto de uma coruja, com destaque para os olhos enormes e abertos. Esta estampa serve de maneira eficiente para driblar seus predadores. Já o nome bruxa surge em decorrência dos hábitos da espécie, que costumam se guardar em ambientes mais escuros, principalmente as de hábitos noturnos.

Vale lembrar que as borboletas dessa espécie, assim como as larvas, são para os supersticiosos um sinal de presságio. Algumas famílias acreditam que quando uma borboleta entra na sua casa, é sinal de mau agouro. Dizem também que é uma encarnação de bruxa, ou criança que morreu sem ser batizada. O fato é que muitas pessoas têm medo ou respeito a esses animais.

Figura 37 - Borboleta Coruja



Fonte: Internet

Em se tratando da transmissão de conhecimentos, nas comunidades África e Laranjituba, os relatos orais conduzem conhecimentos sobre uma infinidade de assuntos entre gerações. Comunicação que se dá unicamente de forma oral entre as pessoas. São

testemunhos sobre todo um passado vivido ao longo dos tempos que seguem vivos, carregando significados que passam por gerações. Tais conhecimentos são para essas comunidades muitas vezes a única forma de registro de importantes acontecimentos, portanto a única fonte que possibilita estudos daquilo que aconteceu no passado. Nesse território há uma infinidade de exemplos dessa transmissão entre pessoas de diferentes idades, sexo, época, pessoas que participaram de momentos específicos ou testemunharam, acontecimentos do passado.

Hoje, a utilização de seus relatos orais, possibilita, por exemplo, o registro e a coleta de informações sobre semelhanças e diferenças entre fazeres e saberes atuais e de antigamente, a partir desses testemunhos. Portanto é preciso dizer que os relatos orais são verdadeiras fontes de informação para as histórias das comunidades, que vão salvaguardar desde a origem dos primeiros habitantes, as tradições culturais e religiosas, aos conhecimentos atualmente empregados na gestão local, guardando a riqueza das fontes, marcadas por signos, sentimentos, significados e emoções apresentados por cada pessoa.

Levando-se em conta a importância de cada elemento presente nos relatos coletados para essa pesquisa, registrar e transformar os dados em informação foi uma tarefa que exigiu cuidados apropriados, pois se entende que a salvaguarda do real significado dos relatos deve ser premissa dessa pesquisa. Portanto adotar cuidados específicos como expressões, tom, ritmo e volume de voz imprimida pelo narrador, são fundamentais para a identificação dos verdadeiros significados de cada relato. Afinal a inobservância de detalhes contidos nas narrativas orais pode prejudicar o resultado da pesquisa, algumas particularidades não registradas fragilizam a pesquisa que em alguns casos:

(...) mostram-se contraditórias, conforme a entonação conferida pelo relator, principalmente quando há observância rígida das regras e lógicas gramaticais, sem se atentar para o teor emocional existentes nos conteúdos das narrativas, quanto à velocidade, pausa, pontuação, intenção, mudanças de discursos e oscilações, que se desvelam mais pelo ato de ouvir, que de escrever. (Portelli, 1.997, p. 28).

Contexto Religioso

Quanto ao contexto religioso, esse elemento constituinte do processo de gestão territorial, que converge muitas experiências vividas diariamente pelas famílias de África e Laranjituba contribuindo de forma significativa para manutenção das condições de vida e da diversidade comunitária. De acordo com Monica Ribeiro (2015), para boa parte das tradições religiosas, os seres humanos seriam os responsáveis pelo cuidado com a terra e todas as outras criaturas vivas para o criador. O Homo sapiens seria uma espécie privilegiada pela razão, e por isso teria essa predominância sobre as demais criaturas.

Sagrado e divino

É preciso ressaltar que os moradores entendem que há diferenças entre os dois contextos, ou seja, para os comunitários, toda atividade divina é automaticamente sagrada, porém nem toda experiência sagrada é divina. Segundo relatos principalmente de líderes religiosos locais, as experiências sagradas colocam o crente em contato com o mistério, com as dimensões que transcendem os mecanismos biológicos e físicos da vida. Já as experiências sagradas acontecem em lugares específicos, através de objetos especiais, com rituais ou na meditação e apreensão de textos místicos. As experiências sagradas precisam de contornos religiosos definidos que não são obrigatoriamente, próprios de uma igreja.

Diante disso sagrado e divino constituem-se em importantes elementos formadores de posicionamentos, que corroboram com a gestão territorial de África e Laranjituba. Esses contextos são considerados importantes fatores de sustentabilidade, especialmente por se materializarem em meio à natureza que necessita ser preservada para a continuidade dessas práticas.

O trato com a água como exemplo da relação entre religioso e práticas territoriais

Outro bem comum é a água, um dos elementos fundamentais de inter-relação dessa cadeia de gestão territorial. Pois são as águas responsáveis pelo bom funcionamento de toda essa “engrenagem”, possibilitando a produção de alimentos, o controle de queimadas, o

atendimento as necessidades humanas e animais. Permite ainda a realização de práticas religiosas, atividades de esporte, turismo, lazer e alimentos como peixe e outros mariscos. Todas as atividades descritas acima se somam às práticas socioculturais do lugar, elementos significativos que compõem a gestão territorial das comunidades África e Laranjituba.

À água tem uma infinidade de olhares a cerca de sua utilidade: pode ser simples produto a ser comercializado, ou atender às necessidades humanas ou divinas. De acordo com pai Messias, líder religioso quilombola da comunidade África, “pensar em sustentabilidade em qualquer território sem considerar as águas e sua importância para a religião é um grande erro”. Pois todas as religiões segundo ele têm forte preocupação com a natureza, onde a água exerce diversos aspectos indispensáveis a vida na terra.

Para o candomblé, religião de alguns membros dessas comunidades, a água é o agente pelo qual se purifica o corpo e a alma. Esse bem, segundo essa crença, representa a personificação feminina e a purificação da fertilidade. É a água que sustenta as vidas frágeis no ventre materno por longos meses. Ainda segundo essa religião, a santidade da água é captada no arquétipo de uma divindade feminina. Por isso, esse líquido tem do candomblé um reconhecimento primordial, sendo a água venerada pelos praticantes do candomblé, que revenciam Òrìsá Òsún, dona das águas. Ainda conforme o candomblé, Òrìsá Òsún é a proprietária de todos os rios e de todas as águas doces do mundo, incluindo a água do corpo e da corrente sanguínea. Assim, o respeito à água segundo a crença é uma questão sagrada. Podemos dessa forma observar a importância da religião nas práticas que embasam a gestão dos recursos hídricos do território, e assim apreciar o entrelaçamento entre os elementos imateriais e matérias, que serve de base à gestão territorial tradicional.

Já a Declaração Universal dos Direitos da Água (1992), ressalva em seu art. 3º que os recursos naturais de transformação da água em água potável são lentos, frágeis e muito limitados. Assim sendo, a água deve ser manipulada com racionalidade, precaução e parcimônia. Por isso o equilíbrio e o futuro do nosso planeta dependem da preservação da água e de seus ciclos, devendo permanecer intactos e funcionando normalmente para garantir a continuidade da vida sobre a Terra. Este equilíbrio depende, em particular, da preservação dos mares e oceanos, por onde os ciclos começam, ressalta o artigo 4º.

Para a umbanda, a água é um dos elementos naturais mais receptivos, dispendo de uma energia atratora e condutora de diversos sentidos. Essa religião entende que as águas utilizadas quando usadas pelos Guias Espirituais tem a capacidade de realizar grande

limpeza, purificação e energização de nosso corpo astral, assim como das casas. Pois para os praticantes da umbanda, existem cargas e energias negativas que somente esse elemento natural é capaz de desfazer, limpar e equilibrar.

Figura 38 - Água fonte de energia



Fonte: Filho do Quilombo

Para os estudiosos do assunto, a água é um assunto que requer atenção. De acordo com dados do Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento de Recursos Hídricos 2015 – Água para um Mundo Sustentável. Diversos fatores podem causar a falta desse líquido fundamental. O relatório afirma que a intensa urbanização, as práticas agrícolas inadequadas e a poluição, prejudicam a oferta de água limpa no mundo. A organização estima que 20% dos aquíferos estejam explorados acima de sua capacidade. Os aquíferos, que concentram água no subterrâneo e abastecem nascentes e rios, são responsáveis atualmente por fornecer água potável à metade da população mundial e é de onde provêm 43% da água usada na irrigação. Por isso os desafios futuros serão muitos.

Ainda segundo a ONU, o crescimento da população está estimado em 80 milhões de pessoas por ano, com estimativa de chegar a 9,1 bilhões em 2050, sendo 6,3 bilhões em áreas urbanas. A agricultura deverá produzir 60% a mais no mundo e 100% a mais nos países

em desenvolvimento até 2050. A demanda por água na indústria manufatureira deverá quadruplicar no período de 2000 a 2050.

Essas infamações demonstram a importância dos processos desenvolvidos pelo território em questão, uma vez que convergem em práticas que asseguram ao meio ambiente condições de manutenção do natural, possibilitando a permanência com foco no atendimento das necessidades de todos os envolvidos.

Relação com os ciclos naturais

Os ciclos naturais têm influência direta em todas as ações desenvolvidas em África e Laranjituba. Estes fenômenos contribuem diretamente para a tomada de decisão, saberes e fazeres em todos os aspectos da vida das famílias.

O inverno

O inverno, por exemplo, é um importante fenômeno natural responsável por verdadeira transformação das atividades dos comunitários entre os meses de dezembro a junho. A região onde está situado o quilombo sofre significativas mudanças nesses meses em função das constantes chuvas. Já em dezembro as famílias preparam seus cascos (canoa), massarás, matapis, mundurús, mundés, armadilhas com budog e etc.

O massará, por exemplo, importantíssima armadilha que garante a pesca de variedades de peixes às famílias, é uma espécie de armadilha feita de caule de pupunheira.

Figura 39 - Massará



Fonte: Autor 2016

Ou seja, ao longo do verão, período de manejo do pupunhais, os exemplares de pupunheiras antigas e pouco produtivas, são retiradas e cortadas em pedaços de cerca 1.20 mt. Esses troncos ao longo do verão secam perdendo o miolo que com a chuvas são eliminados os deixando ocos e prontos para a produção da armadilha. Uma vez chegado o período do inverno as armadilhas são preparadas com duas varas que servem de suporte, uma alça feita de cipó ou fibra de guarumã, um pavio onde fixa a isca, um gualho feito de um pequeno pedaço de galho. O local da armadilha é sempre área de igapó onde a água tenha aproximadamente 70 centímetros de profundidade. De acordo com o peixe que se deseja pescar, se escolhe a isca específica. Os massarás são visitados geralmente pela manhã; uma vez desarmado usa-se a zagaia para capturar o peixe do seu interior.

O período de inverno é também quando ocorrem as trovoadas, que são responsáveis pela aceleração da produção de frutas como castanha-do-pará, piquiá, uxi, mari e etc. Por conta disso, a família com limitação na tradicional prática agrícola e extrativismo (farinha e açaí), se organizam para a coleta desses frutos, principalmente nos dias de fortes chuvas. No período de inverno há também limitação de banhos na maioria dos igarapés, esse é um período cuja presença de animais como sucuri, surucucu açú, jacarés, poraquê, facilmente circulam nessa região, podendo ocorrer ataques.

Esse período interfere ainda na extração de barro usado na fabricação de refratários, assim com de areia e folhas usadas durante o mesmo processo. Portanto pode-se dizer que esse fenômeno define de forma significativa as atividades no território.

O verão

Assim como o inverno o período de verão também influência expressivamente em todos os processos diários das famílias. Essa temporada, diferente do inverno, oferece maior condição de uso dos igarapés, seja para banho, para pesca, caça com auxílio de casco, extração de areia. Esse período facilita também a piraquera⁹ (pescaria noturna). Caniço,

⁹ Piraquera em tupi-guarani significa: "peixe dormente" ou "peixe dormir". Nesse caso o pescador usando uma lamparina de latão (aracapá) ou lanterna em período da chamada noite escura, com auxílio de terçado ou zagaia, captura os peixes que dormem.

varrida, arapuca, mutá. É também o período de manejo dos açazais, de fazer as roças, tirar madeira para a construção de casa. É no verão o período ideal para se armar as arapucas para pegar pássaros que, junto com o arroz colhido nesse mesmo tempo, se faz um apreciado prato. É o verão que oferece as condições para a prática da varrida, que é uma pequena picada aberta na floresta e varrida com uma pequena vassoura improvisada de galinhos. Nessa modalidade de caça, o caçador usa a espingarda e uma lanterna e caminha ao longo do espaço varrido com o intuito de encontrar caças para capturá-la para servir-lhe de alimento.

Figura 40 - Armadilhas usadas no período de verão



Fonte: Autor2016

Todas essas formas de caça e de pesca não são realizadas ao longo do período de quaresma. Embora não haja nenhum acordo formal, a história da comunidade se encarregou de estabelecer essa forma de acordo. Dentre outras questões, o período de quaresma tem influências religiosas, porém o que se evidencia nessa prática é um verdadeiro exemplo de sustentabilidade, pois ao longo do período de quaresma os animais estão em período de procriação, sejam os peixes ou animais terrestres.

Fases da lua

As fases da lua assim como o verão e inverno amazônico, também influenciam a vida na comunidade em uma série de questões. Tanto em questões de cunho cultural, quanto no aspecto diário a lua é capaz de “mexer” com as pessoas do quilombo. É preciso considerar

também os chamados mistérios (como são conhecidas às influencias lunares naturais), que envolvem os períodos de quarto lunar. A coleta de barro (argila), madeira e folhas por exemplo, são tacitamente proibidas durante a lua cheia. Pois no caso da cerâmica as peças fabricadas nesse período apresentam muito problemas. No caso da madeira, comumente, em pouco tempo, perde a qualidade ou é infestada de brocas que a consome, causando defeito. Já as folhas apodrecem rapidamente ou se enchem de lagarta que as destroem.

O uso de alguns medicamentos naturais tem melhor indicação para o período de lua minguante, segundo a crença comunitária que, nesse período, os vermes estão mais suscetíveis à ação de medicamento. Já o corte de cabelo é feito principalmente durante a lua crescente. As parteiras também usam o período lunar como meio de cuidados especiais às mulheres grávidas. Nesse período o conhecimento da parteira permite que esta indique a grávida o período provável do parto, dentro outras orientações que contribuem para uma vida saudável da mãe e do bebê.

A morte

A morte também representa para o território, importante transformação na vida das pessoas por muitos fatores. Primeiro pela questão social da perda do ente que, de acordo com a comunidade, não mais será visto e, portanto, deixará saudades, compromissos sociais e empenho coletivo. Depois, por questões culturais que implicam em solidariedade, responsabilidade, respeito ao meio ambiente, fortalecimento de laços e muitas outras coisas.

A questão social da perda envolve principalmente os parentes próximos e amigos mais íntimos. Estes contribuem com a família no trabalho, nas doações de alimentos, nos cuidados com a casa, e principalmente no ato de confortar os familiares. Há um período em que as pessoas permanecem na casa dos familiares do falecido. Os irmãos, tios, primos e todos os parentes próximos permanecem na casa por 30 dias. Os amigos e parentes de segundo grau permanecem por 15 dias. Já as pessoas mais distantes, os chamados conhecidos, permanecem por cerca de oito dias.

Quanto às questões culturais, há uma série de situações nas quais a morte interfere diretamente na vida das pessoas no território. Um desses casos é o acesso ao espaço

produtivo de açaí, que asseguram melhores condições de vida dos comunitários. Esses espaços, ao longo dos tempos, passaram a ser tratados com os mesmos princípios usados nas roças de mandioca em caso de morte na comunidade. As famílias acreditam que entrar nos roçados ou nos açaizais, causam prejuízos na produção, seja de mandioca ou de açaí. Segundo a crença, as roças se enchem de formiga, assim como as mandiocas apodrecem antes de chegar à maturidade das raízes. No caso do açaí, acredita-se que os açaizeiros deixam de produzir, além das touceiras deixarem de se desenvolver após a entrada nesse período de resguardo. A forma encontrada para a extração da mandioca ou açaí se dá por pessoas sem grau de parentesco ou amizade com o morto, desde que esse não tenha visto o corpo.

Ainda no contexto cultural a morte se apresenta como um verdadeiro elemento de fortalecimento das relações entre os comunitários. Ao longo do período de resguardo (às vezes já durante o período de doença grave) os comunitários se unem para ajudar a família nos cuidados ao doente, na organização da casa, na produção de farinha e extração de açaí, no plantio das roças, assim com na solução de outras necessidades da família. De acordo com a quantidade de pessoas presentes no velório, assim como do nível de relação do doente com os comunitários há uma preocupação com a capacidade de vagas para abrigar a todos. Frente a isso a comunidades se reúne e constrói um barracão anexado a casa onde se colocam redes para dormir, se faz as brincadeiras, os jogos, as conversas e atividades religiosas.

A morte é sem dúvida um verdadeiro momento de interação entre pessoas e as diversas atividades desenvolvidas no território a partir de um olhar reflexivo sobre a importância da vida de cada um. Assim esse fenômeno natural tem interferências principalmente nas ações desenvolvidas pelo conjunto de atores comunitários e representa importante papel no processo de planejamento e na tomada de decisão no que se refere à gestão territorial

Todas essas interações entre os diversos atores e as múltiplas práticas culturais de uso do território, qualificam a gestão territorial como tradicional, configurando-se como fator essencial de compreensão da realidade a partir do olhar dessas comunidades. Nesse contexto, para os comunitários de África e Laranjituba, o uso de territorial se dá por meio de outros indicadores de grande utilidade, aferindo e esses processos a condição de orientação de tomada de decisão na gestão da natureza.

REFLEXÕES CONCLUSIVAS SOBRE A GESTÃO TERRITORIAL EM ÁFRICA E LARANJITUBA, À LUZ DA TRADIÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE

África e Laranjituba têm passado por aprimoramentos, mudanças e transformações ao longo dos tempos. Essas modificações têm foco em aperfeiçoamento dos resultados e conseqüentemente melhor condição de vida nas comunidades. Porém essas modificações comumente são objeto de críticas, em função de muitos entenderem que tradição deve ser algo estático e imutável. No entanto, esse olhar não expressa o real sentido das práticas que envolvem a gestão em África e Laranjituba, que entende que tradição é algo suscetível a mudanças, desde que essa mudança seja realizada sem que haja ruptura com os antecedentes morais que são o fundamento da organização territorial.

Ressalta-se que o caráter tradicional se difere do pensamento conservador. O conservadorismo observa o tradicionalismo como apego às tradições, não permitindo que este tenha chance de evolução, inovação política, social, individual ou grupal. O espírito conservador se caracteriza pela manutenção da ordem social, da política, da economia existente. Já o espírito tradicionalista é sensível à transformação e até pugna frequentemente pela mudança.

Segundo René Quinton em a lei da constância do meio vital dos seres, estudo do início do século XX, os organismos vivos para se manterem, procuram sempre restabelecer a pureza do seu meio vital, isto é, procuram manter a inviolabilidade das circunstâncias especiais que os geraram e de cuja guarda e duração depende a sua existência (Martins, 1975). Esse entendimento sustenta os princípios que regem as tradições, base dos processos de gestão de África e Laranjituba.

Quanto às transformações vividas pelos comunitários, são resultantes de processos desejados pelo grupo, que resultam atualmente em verdadeiro legado de gestão. Apesar disso, é comum que governos, empresas e organizações responsáveis pela elaboração de planos, projetos e intervenções, desejarem alteração ou substituição total do sentido dado ao uso territorial dessas comunidades, pois não compreendem que apesar da possibilidade evolutiva dos processos tradicionais, faz-se necessário assegurar o tempo, a cultura, os sentimentos comuns da comunidade.

Segundo Sardinha (1888-1925), tradição não é somente o passado; é antes a permanência no desenvolvimento. Almeida Braga (Coimbra, 1973), salienta que a

tradição não é contrária ao progresso. De acordo com o autor, o passado é força que arrasta, não é cadeia que prende. Reforça Almeida que toda a noção de Progresso está numa sã interpretação da tradição, pois o verdadeiro tradicionalismo é, antes de tudo, uma interpretação crítica do passado, quer dizer, uma atitude de razão. Esse olhar permite entender que a tradição não se configura em inércia, ao passadismo e a rotina.

África e Laranjituba sempre dispensaram recomendações radicais a cerca de mudanças em sua forma de gestão. Primeiro por conta de as intervenções deixarem a desejar no conjunto dos elementos que organizam sua maneira tradicional de gerir. Segundo porque a inserção de novos processos de gestão não conseguem dialogar com o entendimento da comunidade a cerca dos processos internos, assim como não alcançarem as necessidades e anseios dos comunitários como um todo, no que se refere à gestão territorial.

Segundo a professora Tania Zapata (2007), a sociedade precisa avançar para novos paradigmas de gestão, capazes de contemplar a compreensão de sustentabilidade em múltiplos aspectos: ambiental, biológico, cultural, socioeconômico, político e ético. Paradigmas que no entendimento das comunidades em estudo, ainda devem ser ampliados frente às restrições das formas de gestão mais usuais, abarcando questões como: religião, ancestralidade, sentimentos, reciprocidade, dádiva, costumes, experiências, pertencimento, dentre tantos outros elementos de igual ou maior relevância, que quando não respeitados causam desequilíbrio socioambiental imensurável.

De acordo com o entendimento dos comunitários, sempre que se fala “Gestão Territorial” é comum que o direcionamento seja definido a partir do entendimento do “mundo” acadêmico e empresarial. Exemplos geralmente desenvolvidos com base em diretrizes de sustentabilidade, regidas por conceitos científicos criados a partir do olhar da ciência e apresentados em forma de alerta a sociedade, comumente impondo-lhes obrigações, que na maioria das vezes convergem unicamente para o crescimento econômico e pouca preocupação com as pessoas e o planeta.

Essas características de sustentabilidade presentes nos estudos acadêmicos, têm como base de sustentação pilares como: sociedade – em que se contempla o ser humano como capital; as questões ambientais – referindo-se à natureza como recurso ou capital natural, as questões econômicas propriamente ditas e a cultura. De forma

geral, esse olhar sobre a sustentabilidade, exige eficiência econômica, prudência ecológica, tentando garantias de justiça social, tendo como mote o desejo que suas ações sejam culturalmente aceitas.

Em função principalmente das diferentes leituras e necessidades socioambientais mercadológicas, atualmente o desenvolvimento sustentável orientado pela literatura, infelizmente tornou-se apenas algo pouco mais que um slogan publicitário. Segundo as lideranças comunitárias, atualmente a forma de fazer gestão tem perdido sua significação, principalmente quando a questão se refere a territórios de povos tradicionais. Quando essa forma de fazer gestão é comparada com a realidade de África e Laranjituba, surge grandiosa divergência. No olhar das famílias apresenta-se como forte tendência a padronização a partir desses pilares, que nessas comunidades enfrentam resistências, pois as famílias pensam e vivem diferentes necessidades produtivas, territoriais, envolvimento cultural, a estética, o espiritual, o divino e etc, como meios essenciais para o bem-estar de cada pessoa envolvida no processo.

Perspectivas da comunidade acerca da sua forma própria gestão na perspectiva da sustentabilidade.

Na perspectiva territorial em questão, a compreensão de sustentabilidade configura-se por meio dos aspectos ambientais, biológicos, culturais, socioeconômicos, políticos e ético, onde a ancestralidade, os sentimentos, a dádiva, a religião, o pertencimento e os costumes constituem experiências de sucesso em matéria de sustentabilidade. Diante disso as comunidades entendem que sustentabilidade **“é a capacidade que as pessoas têm de combinar os aspectos biológicos, culturais, socioeconômicos e políticos de forma ética, onde pertencimento, costumes, crenças e religião, garantam experiências capazes de assegurar as necessidades humanas e ambientais na atualidade e no futuro”**.

Segundo os comunitários, esse entendimento surge á partir de entendimentos e lutas comuns em defesa do meio ambiente e da manutenção das condições ambientais ideais para as garantias de produção de alimentos, bem estar social, importantes componentes de sustentabilidade que são acompanhados de resultados satisfatórios ás comunidades pesquisadas.

Essa definição difere do modelo de desenvolvimento mais difundido, em que prevalecem as ações competitivas de agentes econômicos dos mercados, geralmente enfatizando dentre outros elementos, as competências particulares. A forma de gestão sustentável desenvolvida por África e Laranjituba entende que sustentabilidade é o reflexo de ações humanas, de responsabilidade socioambiental. Entende ainda que fazer sustentabilidade requer muito mais das pessoas que da natureza e de recursos financeiros. Sustentabilidade de acordo com a comunidade se faz com compromisso socioambiental e com pessoas que pensam no coletivo. Ainda segundo os comunitários, sustentabilidade é um processo histórico, determinado pelas formas de uso tradicional dos bens que configuram ações que buscam efetiva qualidade de vida. Isso de acordo com os seus entendimentos se alcança por meio da capacidade sistêmica de interação social, que define valores comuns assegurando sentimentos como solidariedade, cooperação e respeito mútuos que se convertem em sustentabilidade.

Muitas são as experiências que comprovam sustentabilidade na forma de fazer gestão em África e Laranjituba. Por meio de simples análise do tempo pode-se demonstrar a eficiência de seus processos de gestão territorial, assim certificar que tais práticas são capazes de responder aos anseios territoriais, assegurando questões como a soberania alimentar, conservação da sociobiodiversidade, além de garantir o atendimento das necessidades dos sujeitos envolvidos nesse contexto.

Diversos exemplos comprovam a eficiência desses processos, contudo, atualmente duas atividades se destacam como as mais eficientes em matéria de produção de alimentos e renda, sem deixar de considerar a importância das demais práticas. São elas a produção de farinha e a extração de açaí. No passado, os resultados dessas duas atividades eram ínfimos frente ao trabalho dispensado ao longo da fabricação desse alimento. A comercialização do excedente comumente era insuficiente para a o sustento das famílias por conta dos preços, assim como pela limitada produção, que além de limitada na quantidade tinha qualidade duvidosa em função da aparência o produto.

Nos dias atuais, um roçado com as mesmas dimensões das roças feitas há 20 anos, que tinham em média dois hectares, rende até três vezes mais, devido aos avanços no conhecimento e nas práticas de fabricação da farinha de plantio. Esse resultado tem se mostrado um importante fator de sustentabilidade, uma vez que essa

produção garante alimento e atende as demais necessidades familiares por meio da comercialização do excedente. Assim não se faz necessário a derrubada de árvores para comercialização de madeira, a desenfreada caça de animais, a extração maciça de raízes e cascas dentre outras práticas prejudiciais ao meio ambiente e à vida das pessoas.

O açai é outra prática que se configura como fator de eficiência das práticas de gestão do território. Pois esse importante produto assegura às famílias alimento, cultura e preservação ambiental ao mesmo tempo em que assegura a manutenção das condições de sustentabilidade da região. Segundo os comunitários, é possível afirmar que suas práticas de gestão sempre conseguiram dar resposta a seus anseios. Nos últimos tempos, essa garantia tem sido ainda mais ampla e crescente. Assim, a cada dia, as famílias têm se sentido mais contentes com os resultados obtidos.

De acordo com Manoel Salustriano, agricultor familiar de África, a vida tem melhorado a cada década e permitido uma melhor condição a todos. No passado, não se podia oferecer um caderno para as crianças, pois não se tinha recurso para isso, afirma. Ainda segundo Manoel, o que mais o deixa feliz é poder ver que, apesar dos avanços obtidos pelas famílias, a cultura de preservação se manteve e até se desenvolveu de forma natural em todo o território.

Para os comunitários suas práticas de gestão tradicional desempenham importante papel em matéria de gestão territorial e sustentabilidade. Para eles as práticas vivenciadas por todos, em geral contemplam elementos quase sempre relegados ao esquecimento ou que recebem pouco crédito. Geralmente essa forma de gestão tradicional é tratada como “coisa” sem valor científico, principalmente quando comparados aos padrões mais comuns de se pensar e fazer gestão.

Suas práticas socioambientais atendem estrategicamente aos anseios e necessidades dos sujeitos envolvidos nesses processos. Os conhecimentos reunidos ao longo dos anos são verdadeiros legados transmitidos por griôs, principalmente por meio da oralidade, da experimentação, da vivência, dos relatos, das memórias e etc. Saberes que necessitam de pesquisas, atenção e valorização por parte das ciências como meio de reconhecimento da vida o bem maior em matéria de sustentabilidade. Portanto, fazer gestão territorial tradicional é, para essas comunidades, acima de tudo um processo de reafirmação de identidade e de ligação com o seu território. Vale dizer que esses verdadeiros processos educacionais, se dão de forma natural, pois nessas

comunidades as características de gestão se dão por meio de entendimentos coletivos, quase sempre sem registros escritos, prevalecendo valores comuns. Enquanto que nos modelos acadêmicos, geralmente se tem necessidade da obediência à lei, da norma como meio de assegurar respeito. Sendo nesse caso muito valorizado o preço em detrimento do chamado capital natural e as regras são geralmente escritas.

Por todos esses motivos justifica-se a real eficiência dessa forma de gestão ao mesmo tempo em que se apresenta a necessidade de se pesquisar formas e modelos tradicionais, como o que ocorre nesse território.

No mais pode-se dizer que as pesquisas devem ser realizadas com seriedade e de forma adequada, por pesquisadores despidos de pré-conceitos, que sejam capazes de difundir nos seus resultados o verdadeiro sentimento comum das comunidades, em matéria de relacionamento com aquele que sem dúvida é um dos nossos maiores bens, a natureza. É ainda necessário, por exemplo, mostrar questões, como a importância política, sociocultural e ambiental dessas comunidades, assim assegurando que o reconhecimento das regras, processos e resultados obtidos por esses sujeitos, sejam reconhecidos cientificamente como de real importância para garantir a sustentabilidade local.

Futuramente pretende-se produzir um documentário a cerca dessa pesquisa. O objetivo é disponibiliza-lo para as pessoas da comunidade que tem dificuldades com a leitura de conteúdo escrito. Dessa forma entende-se que estes possam dispor de informações a cerca de sua comunidade e assim terem condições de contribuir nos debates e com isso ajudar na luta coletiva com mais propriedade afim de, conquistarmos melhorias coletivas.

ACSELRAD, H. (org). *Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

HELLER, Agnes. *Uma Teoria da História*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1993. P. 13.

CAPUTO, Stela Guedes. *Sobre Entrevistas: teoria, prática e experiências*. Petrópolis: Vozes, 2010 (2ª ed).

MEDINA, C. de A. **Entrevista: o diálogo possível**. 3 ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

Pilares da Sustentabilidade

Fonte: <<http://www.lassu.usp.br/sustentabilidade/pilares-da-sustentabilidade/>>

Acesso em: 21 de novembro de 2016. Às 20h00min

GUIMARÃES, Marcelo Duncan. *Gestão Territorial - Visões e significados*

Fonte: < http://www.plantasquecuram.com.br/ervas/sucuba.html#.WKcZCm_yvIU>

Acesso em: 17 de fev. 2017. Às 13.44h.

A Importância do Sentimento de Pertencimento:

Fonte: <<http://www.jrmcoaching.com.br/blog/a-importancia-do-sentimento-de-pertencimento/>>. Acesso em 5 de janeiro de 2017. Às 14h05.

Sabourin, E. **Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento**. Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011.

GONZAGA, Amarildo Menezes. A pesquisa em educação: um desenho metodológico centrado na abordagem qualitativa. In: PIMENTA, S. G., GHEDIN, E. e FRANCO, M. A. S. (Orgs.) *Pesquisa em educação*. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

O mundo precisará mudar o consumo de água.

Fonte: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2015/03/segundo-unesco-mundo-precisara-mudar-consumo-de-agua>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017. Às 21h10.

Sucuba. Ricardo Lainetti e Nei R. Seabra de Britto - Editora Ediouro. 1979.

Martins, Jose de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrariano Brasil. São Paulo. Pioneira, 1975.

Regularização do território Quilombola de África e Laranjituba

Fonte: < <http://www.iterpa.pa.gov.br/>> Acesso em: 23 de novembro de 2016. Às 22h13.

“É preciso otimizar o tempo, pois o dia tem o mesmo tamanho para todos”.

Pedro dos Santos

“Em todos os tempos existem homens, eles existem no seu tempo e continuarão a existir enquanto alguém contar a **sua** história”¹⁰.

“O Bom sapo gaba sua lagoa”

Mestre Jorge.

“Que bom que ainda temos Higiene”

Mateus de Lima Cardoso.

“Meu filho vou contar a você o que jamais contaria a outro pesquisador”

Maria Moraes (Brasileira)

Porque Não se derruba Tauari.

Não entro nesse mato porque tem mapinguarí

Eu sei que ele mora lá no pé do tauari - bis

Se você for lá, não vá arrastar o pé

Desse pau se tira a casca pra cigarro de pajé - bis

O mapinguarí é um bicho mau

Mulher com ele abusa, mas o homem leva pau

Por isso lhe aviso, não passe por aí

Lá no pé daquele pau, mora um mapinguarí

Por isso lhe aviso, não passe por aí

Lá no pé daquele pau, mora um mapinguarí

Repete toda.

Liste das principais entrevistadas realizadas pra a elaboração do trabalho

Juvencio Moraes Cardoso (Bóca)
Maria Moraes (Bagica)
Manoel da Conceição (feijão)
Albertino de Moraes (Banga)
Messias Nascimento (Pai maravalha)
Caterina Macedo Nascimento (tia catá)
Olgarino de Souza Nascimento (Tio Orga)
Manoel Salutrano Lima Cardoso (Salú)
Luis Augusto Moraes (Compadre Gato)
Renato Macedo Nascimento (Jurití)
José Maria Moraes (Bode)
Raimundo Moraes (Martinho)
Maria de Nazaré Moraes Cardoso (Tia naga)
Carlos Eduardo Macedo (bibico)
Mateus Lima Cardoso (Tio tenga)
Alice Lima (Dona Alice)
Maria dos Santos (Bastista)
Dinair Rodrigues Neres (Angêla)
João Dasmaceno Moraes (Açaí)
Francisca Moraes (Xica)
Maria da Conceição Moraes (Conce)
Joseana Moraes Nascimento (Dudu)
José Odair Nascimento (Oda)
Felipe Junior Moraes (Dj Júnior)
Firmino de Jeseus Cardoso (Tamino)
Sebastião Moraes Cardoso (Sabá)
Monica Leticia Macedo (Lêca)
Arcângela Tatiane Moraes Nascimento (Catica).

Essa lista contém nomes de pessoas que considereei como as principais e mais relevantes entrevistas para o trabalho, apesar que todas as pessoas terem contribuído seja com uma palavra ainda que simples.